

VISÃO 2030

Estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.



18.146 MW
capacidade instalada de geração



29.946 km
de linhas de transmissão



21
usinas hidrelétricas



40,1
Bilhões de reais em ativos



97,9%
de capacidade em fontes de energia limpa

INDICADORES

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

8.668
MILHÕES (R\$)

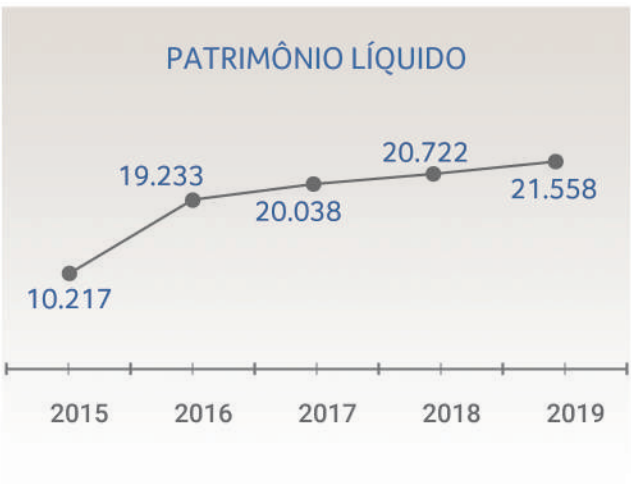
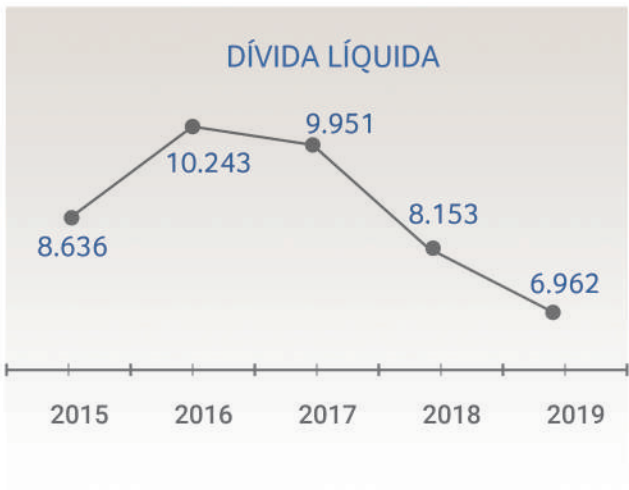
EBITDA

4.270
MILHÕES (R\$)

LUCRO CONSOLIDADO

3.216
MILHÕES (R\$)

DESTAQUES 2019 (R\$ MILHÕES)



R\$ 1 BILHÃO
de investimentos realizados

R\$ 853 MILHÕES
de reversão de impairment e contratos onerosos

1ª emissão de debêntures de FURNAS

R\$ 1,25 BILHÃO
R\$ 450 MILHÕES
liquidados em 2019

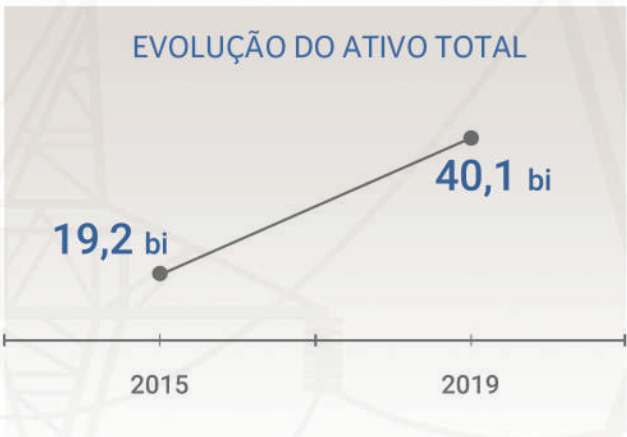
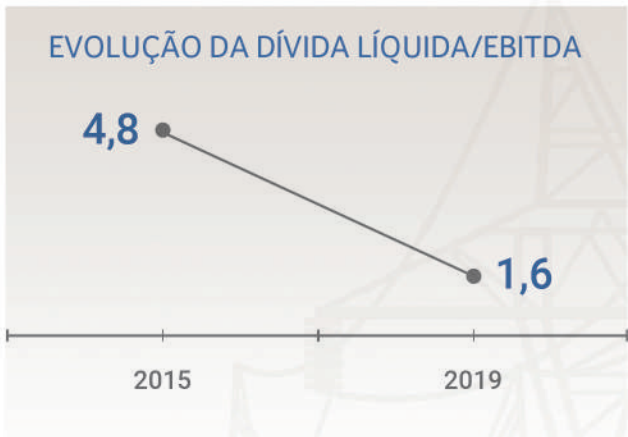
R\$ 600 MILHÕES
Estruturação do FIDC Imperium CCEAR

PARCERIA COM O PNUD EM PROL DA AGENDA 2030 E DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

CERTIFICADO BUILDING AWARENESS CHAMPION 2019 CONCEDIDO PELO INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL (IIA BRASIL).

NOTA MÁXIMA NA 4ª CERTIFICAÇÃO DO INDICADOR DE GOVERNANÇA (IG-SEST).

208 ORGANIZAÇÕES CONTEMPLADAS NO EDITAL FURNAS SOCIAL.



REDUÇÃO DE **6,75%** NO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

3.037

2.832

2018

2019

REDUÇÃO REAL DE **16%** NO CUSTO COM PESSOAS

1,36 bi

1,14 bi

2015

2019

REDUÇÃO REAL DE **5%** NO CUSTO COM MATERIAIS, SERVIÇOS E OUTROS

1,63 bi

1,55 bi

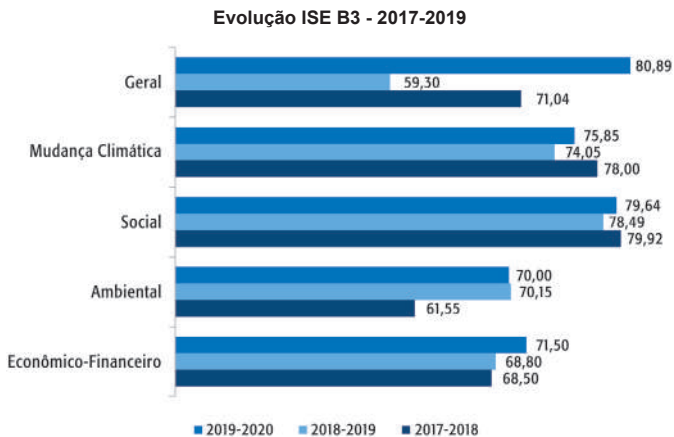
2015

2019

ESSES NÚMEROS SÃO OS DESTAQUES DA ELETROBRAS FURNAS EM 2019. NAS PÁGINAS A SEGUIR, APRESENTAMOS A VERSÃO COMPLETA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

- Programa na Mão Certa (Childhood Brasil);
- Programa Pró-Equidade de Gênero (Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República);
- Rede de Empresas pela Aprendizagem e Erradicação do Trabalho Infantil (Instituto Ethos, Organização Internacional do Trabalho e Ministério do Trabalho).

Furnas responde aos questionários do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) na qualidade de controlada da Eletrobras, e seus resultados são utilizados como indicadores de desempenho tanto no processo de planejamento estratégico, como nas atualizações do CMDE, que regem o relacionamento das empresas com a *Holding*. A evolução do desempenho de Furnas no ISE B3 nos últimos três anos é apresentada no gráfico a seguir.



Furnas vem aperfeiçoando seus mecanismos de relato, em busca de transparência e prestação de contas. Desde 1998, quando foi uma das primeiras empresas brasileiras a publicar o seu balanço social, a Empresa divulga, para seus públicos de interesse, informações sobre o desempenho e os resultados econômicos, sociais e ambientais em seu Relatório de Sustentabilidade, que a partir deste ano passou a ser denominado Relatório Anual, em alinhamento com a *Holding*.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As políticas e práticas de governança corporativa possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com o Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais da estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, no estabelecimento claro dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes relativas à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

Estrutura de Governança Corporativa

A governança corporativa de Furnas é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.



* Em 2020, esta Diretoria passou a ser designada Diretoria de Regulação e Comercialização

Obs: A estrutura de Governança Corporativa conta ainda com o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

Em cumprimento ao disposto na legislação que regulamenta o funcionamento das sociedades anônimas, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as subsidiárias, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos e conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa às práticas contábeis adotadas no Brasil - Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - e com a legislação específica pertinente.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para: alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas subsidiárias; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2019 a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 29 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2018, a Destinação do Resultado do Exercício Social de 2018 e a remuneração anual global dos administradores e membros do Conselho Fiscal.

Em 2019, foram realizadas três Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) em:

- 28.05.2019 - para deliberar sobre a Retificação do voto da acionista Eletrobras, manifestado na Assembleia Geral Ordinária desta Empresa, realizada em 29.04.2019, relativa ao Item II da Ordem do Dia “Destinação do resultado do exercício social de 2018”;
- 22.08.2019 - para deliberar sobre a Eleição de membro do Conselho de Administração da Empresa, representante do Ministério da Economia¹; e
- 29.10.2019 - para apreciar a primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, com Garantia Adicional Fidejussória, em duas Séries, da Companhia, no valor de até R\$1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de reais) (“Debêntures”), a ser distribuída através de Oferta Pública de Distribuição com Esforços Restritos de Colocação.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por sete membros, brasileiros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, dentre os quais é designado o Presidente do Conselho, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

Dentre os membros, um é indicado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (Atual Ministério da Economia) e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição organizada pela Empresa, em conjunto com as autoridades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente. Os demais membros são indicados pelos acionistas, dentre os quais dois serão independentes, nos termos da legislação aplicável.

Usualmente, o Diretor-Presidente de Furnas é indicado como membro do Conselho de Administração.

No exercício de 2019, este colegiado reuniu-se 31 vezes.

Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE)

O CAE, órgão auxiliar do Conselho de Administração (CA) da Eletrobras, instalado em 2018, tem por finalidade assessorar os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras e estabelecer estruturas de controle, supervisão e fiscalização da atuação das empresas, dirigentes e empregados.

Em atendimento às disposições da Lei *Sarbanes-Oxley*, o CAE é composto por membros independentes e visa atender a uma série de dispositivos legais e regulatórios, com destaque para a Lei nº 13.303/16, instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Programa em Governança de Estatais da B3 e Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Conselho Fiscal

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO, com prazo de atuação de dois anos, permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Economia, como representantes do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a administração pública federal; outro membro e respectivo suplente será indicado pelo Ministério de Minas e Energia; e, por fim, caberá a *Holding* a indicação de um membro e respectivo suplente.

Em 2019, este colegiado reuniu-se 16 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Eles atuam nas seguintes áreas: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia; Operação e Manutenção; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2019, foram realizadas 59 reuniões.

Secretaria de Governança Corporativa

A Secretaria de Governança Corporativa tem como principais atribuições:

- Planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de apoio ao funcionamento das Assembleias de Acionistas, do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- Controlar as alterações do Estatuto Social e dos Regimentos Internos da Empresa e seus Colegiados, promovendo as ações necessárias à sua publicação;
- Coordenar o processo de desenvolvimento, aprimoramento e atualização do sistema de governança, atuando nas interações entre os agentes e os órgãos de governança;

- Coordenar o fluxo de informações, assegurando que estas sejam direcionadas, tempestivamente, às instâncias deliberativas, executiva, fiscalizadora e consultiva;
- Contribuir para que a divulgação de informações, pela organização, esteja alinhada aos princípios de governança e para difusão destes nas empresas subsidiárias, coligadas e controladas.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais com o objetivo de analisar a gestão, verificar procedimentos, sistemas informatizados, registros e documentos, avaliando os controles existentes, bem como o cumprimento de diretrizes, normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2019 foram cumpridas as 24 atividades de auditoria programadas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), o que resultou na emissão de 34 relatórios, incluindo os referentes às demandas especiais solicitadas pela Alta Administração que surgiram ao longo do exercício.

Adicionalmente, a Auditoria realizou o 1º serviço de consultoria conforme programado no PAINT, o que resultou na emissão de uma Informação Técnica.

Dessa forma, o resultado da atuação direta da Auditoria Interna subsidia a alta administração de informações para a tomada de decisão.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOx), a Auditoria Interna providenciou a avaliação dos controles internos da Empresa no exercício de 2019, a partir dos riscos corporativos considerados críticos, determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) ocorre ao longo do exercício, a fim de prover atendimento, pela administração, aos referidos órgãos de fiscalização e controle.

Comitês e Comissões Internos

Grupos consultivos, de ação permanente, compostos por representantes de todas as diretorias, que têm por finalidade avaliar determinados temas e suportar as decisões da Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão.

Durante o ano de 2019, Furnas optou pela redução do número de colegiados com a intenção de reforçar a função executiva das Superintendências responsáveis, mantendo, basicamente, os colegiados que possuem exigências legais.

Políticas Internas

As Políticas Internas da Empresa são instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva e estabelecem princípios básicos e critérios para orientar as diferentes áreas quanto ao trato de assuntos, que cobrem, dentre outros, os temas: Logística de Material; Tecnologia da Informação; Gestão de Pessoas; Segurança Empresarial; Responsabilidade Ambiental; Responsabilidade Social Sociocultural; Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional; Segurança Patrimonial; Propriedade Intelectual; Gestão Sociopatrimonial; Gestão de Resíduos; Contratação; Comunicação; e Investimento Social.

Políticas das Empresas Eletrobras

As Políticas das Empresas Eletrobras são instrumentos aprovados pelos Conselhos de Administração da Holding e de cada companhia subsidiária, estabelecendo e uniformizando os princípios e critérios básicos a serem utilizados pela Diretoria Executiva de Furnas, visando garantir que haverá maior integração das diretrizes orientadoras por todas as empresas do grupo.

Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010 Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas Eletrobras que estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, Diretores, Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

O código foi atualizado em dezembro de 2016, incluindo as legislações referentes a Lei nº 12.813/13 - Conflitos de Interesse e à Lei nº 12.846/13 - Lei Anticorrupção Brasileira. Uma nova atualização ocorreu em dezembro de 2018 passando a se chamar Código de Conduta Ética e de Integridade. Em 2019 foi atualizada a Instrução Normativa número 007/2016, relativa à Conflito de Interesses.

A Empresa disponibiliza canais independentes para recebimento de denúncias. Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento. No Portal Ética, podem ser feitas denúncias identificadas ou anônimas. A Comissão de Ética também recebe denúncias através do Canal Único da Eletrobras.

Na *Intranet*, no Portal Ética, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal de Consulta de Denúncias de Desvios Éticos. Constam também os dados dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações.

Para disseminação do Código de Conduta Ética e Integridade, ações educativas são realizadas para conscientizar os colaboradores no cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta. O objetivo é ser eficaz em orientar e aconselhar sobre a ética profissional do empregado, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura.

A Comissão de Ética realizou no dia 12 de junho de 2019 o seminário “Ética e Sustentabilidade Humana”, tendo como foco principal as questões relativas ao assédio moral nas organizações.

A Comissão de Ética, em 2019, realizou diversas palestras, em conjunto com o sistema de integridade, com esquetes teatrais sobre discriminação e sobre assédio moral. Na ocasião foi realizada também reunião com os gestores. Áreas visitadas: Passos, Aparecida de Goiânia, Foz do Iguaçu, Mogi das Cruzes e Jacarepaguá.

Em 2019, a Comissão de Ética recebeu 42 denúncias. Após a devida análise, 26 casos estão encerrados, 1 está sobrestado e 15 processos estão em andamento.

Ouvidoria

A Ouvidoria atua no diálogo entre o cidadão e a Empresa, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania induzam à contínua melhoria dos serviços públicos prestados por Furnas e de seus processos.

A Ouvidoria, órgão imparcial e independente, vinculado ao Conselho de Administração, é responsável por receber, examinar e encaminhar, reclamações, solicitações, elogios, sugestões referentes a procedimentos e ações de Furnas e, também, é responsável pela gestão do canal do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no website de Furnas, fax, telefone, contato pessoal, carta ou, ainda, algum outro documento. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Todas as manifestações, independentemente do meio de comunicação, são registradas em Sistema de Ouvidoria, que é o da *Holding*, no qual fica armazenada a base de dados. O sistema foi projetado de forma a não permitir a exclusão ou alteração das informações nele registradas.

Após o seu registro, a Ouvidoria realiza o devido tratamento que consiste em: verificar se estão presentes dados suficientes na questão relatada e se a mesma é afeta à Empresa; realizar o encaminhamento à área interna responsável pela questão; gerenciar o prazo da resposta e verificar se o conteúdo de fato atende à manifestação.

A atuação da Ouvidoria encontra-se alinhada com o Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, às exigências da Lei *Sarbanes-Oxley* e aos normativos da Ouvidoria Geral da União.

As denúncias são registradas no Canal Denúncia das Empresas Eletrobras (ICTS), operado por empresa externa, responsável por sua classificação, criticidade e encaminhamento ao Comitê de Sistema de Integridade (CSI), que fará a gestão centralizada de apuração e dos processos de responsabilização e de remediação.

Em 2019 foram enviadas aos dois canais geridos pela Ouvidoria 1.173 demandas, sendo 1.038 manifestações postadas na Ouvidoria e 135 pedidos de informação dirigidos ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) de Furnas. Além disso, foram registradas no ICTS, 126 denúncias a serem tratadas pelo CSI.

As 1.038 manifestações na Ouvidoria têm a seguinte distribuição: reclamação (530), solicitação (475), sugestão (27), elogio e agradecimento (6). No que tange à origem, das 1.038 manifestações registradas em 2019 na Ouvidoria, destacamos que 630 (61%) são de origem externa, 260 (25%) interna e 148 (14%) “não identificada”.

Principais Relacionamentos de Furnas

Visando manter relacionamento com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a Empresa está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como com órgãos da esfera estadual e municipal, em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional.

Adicionalmente, Furnas contribui para diversas entidades, no País e no exterior, das quais destacamos: Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE), Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE), Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Associação Brasileira de Geradoras Termoeletricas (ABRAGET), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), Associação Internacional de Hidreletricidade (*International Hydropower Association* - IHA), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (CIGRE-Brasil), Centro de Estudos de Energia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Energia), Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), Fundação COGE, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Associação Brasileira dos Controladores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE), Pacto Global da ONU, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Associação Brasileira de Atividades Nucleares (ABDAN), Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN) e Fundação Abrinq, entre outras.

PRO-ERP

O programa objetivou implantar um *software* para acesso de todos os empregados das Empresas Eletrobras com a mesma base de informações centralizada em um único servidor.

A implantação do padrão ERP (*Enterprise Resource Planning*) possibilita o acesso, em tempo real, a todas as Empresas Eletrobras, às informações de negócio, a automação e o armazenamento dessas informações.

O sistema usado por Furnas foi escolhido como referência dentre as Empresas Eletrobras que possuem ERP já implantado por possuir grande aderência ao modelo (*template*) da *Holding*.

Furnas apoiou a implantação junto à *Holding* e acompanhou com seus profissionais todas as etapas de implantação, contribuindo nas reuniões, workshops e atuando nos treinamentos como multiplicadores e disponibilizando material do “*Blue Print*” e de treinamento como aceleradores.

Apoiou ainda o treinamento de mais de 1.500 usuários e mais de 300 multiplicadores para dar sustentação ao sistema. Foram realizados cerca de 70 workshops e 90 reuniões do comitê gestor em que Furnas se fez presente.

DISCIPLINA DE CAPITAL

O Projeto Disciplina do Capital, integrante do 2º Ciclo do Programa de Geração de Valor (PGV) de Furnas, teve como objetivo definir um modelo de gestão e otimização da utilização do Capital na Empresa, por meio de um robusto conjunto de informações e ferramentas integradas bem como a sua governança.

A partir da visão de alocação dos dispêndios, em sua totalidade e definida a parcela disponível para investimento, tem-se um racional para a priorização de novos investimentos e outro para a priorização de investimentos corporativos.

Também foram definidos processos e ferramentas para a gestão da aplicação do investimento corporativo, em parcerias, para o acompanhamento do desempenho financeiro dos empreendimentos existentes, o que permite tomada de decisões sobre como melhorar o desempenho de um determinado empreendimento existente ou em processo de investimento.



⁽²⁾ Refere-se à soma de 23 empregados efetivos e 169 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAF.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, estão disponíveis no website www.furnas.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018			31.12.2019	(Reapresentado)	31.12.2019	(Reapresentado)
CIRCULANTE											
Caixa e equivalente de caixa	6	9.640	28.093	72.607	73.161	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Títulos e valores mobiliários	7	684.930	479.284	684.930	479.284	CIRCULANTE					
Clientes	8	1.133.403	1.152.180	1.145.914	1.153.067	Fornecedores	19	535.789	437.559	553.318	440.360
Créditos CCEE Repactuação GSF	9	10.458	65.529	10.458	65.529	Financiamentos e empréstimos	20	1.627.157	2.071.013	1.629.430	2.071.013
Remuneração das participações societárias	16.4	108.294	126.294	108.294	126.294	Debêntures - encargos	20.8	543	—	543	—
RBSE - concessão de serviço público	14	3.641.821	3.460.565	3.641.821	3.460.565	Impostos e contribuições sociais	21	1.671.439	1.387.802	1.672.807	1.388.188
Ativo contratual de transmissão	14	109.108	306.754	115.572	313.218	Remuneração aos acionistas	30	763.284	248.277	763.284	248.277
Impostos e contribuições sociais	10	1.281.482	1.023.991	1.283.752	1.024.862	Concessões a pagar - uso do bem público	25	1.710	1.777	1.710	1.777
Almoxarifado	11	34.785	39.850	34.785	39.850	Obrigações estimadas	22	228.079	257.611	228.852	258.426
Créditos homologatórios ANEEL	15	—	246.143	—	246.143	Encargos setoriais	23	89.751	57.350	90.242	57.863
Outros ativos	15	306.886	147.865	307.256	148.162	Benefícios pós-emprego	24	11.447	10.534	11.447	10.534
		7.320.807	7.076.548	7.405.389	7.130.135	Outros	29	43.977	34.959	50.355	48.664
NÃO CIRCULANTE											
Realizável a longo prazo								4.973.176	4.506.882	5.001.988	4.525.102
Clientes	8	266.852	—	266.852	—	NÃO CIRCULANTE					
Créditos CCEE Repactuação GSF	9	—	10.459	—	10.459	Fornecedores	19	—	—	1.588	—
Impostos e contribuições sociais	10	29.019	29.019	29.019	29.019	Financiamentos e empréstimos	20	5.753.000	6.634.459	6.089.622	6.634.459
Almoxarifado	11	112.475	111.187	112.475	111.187	Debêntures - principal	20.8	450.000	—	450.000	—
Cauções e depósitos vinculados	13	849.354	811.388	849.362	811.388	Impostos e contribuições sociais	21	2.783.365	4.602.732	2.788.670	4.608.127
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.5	44.691	295.678	1.541	1.541	Concessões a pagar - uso do bem público	25	33.817	34.023	33.817	34.023
RBSE - concessão de serviço público	14	13.867.481	14.864.021	13.867.481	14.864.021	Provisões para contingências	26	1.538.908	1.179.786	1.538.908	1.179.786
Ativo contratual de transmissão	14	3.121.079	2.708.502	3.194.880	2.782.199	Benefícios pós-emprego	24	1.768.647	209.852	1.768.647	209.852
Ativos financeiros de geração	14	1.329.674	1.280.320	1.329.674	1.280.320	Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)	27	61.705	58.242	67.684	61.782
Outros ativos	15	22.674	107.290	41.142	107.290	Provisão para contratos onerosos	28	222.881	408.352	222.881	408.352
		19.643.299	20.217.864	19.692.426	19.997.424	Encargos setoriais	23	294.180	304.247	294.180	304.247
Investimentos	16	6.870.379	6.046.985	6.456.004	6.015.644	Outros	29	260.084	82.372	294.085	89.078
Imobilizado	17	5.699.531	5.212.521	6.267.617	5.342.294			13.166.587	13.514.065	13.550.082	13.529.706
Intangível	18	163.394	187.843	289.130	290.988	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30				
		32.376.603	31.665.213	32.705.177	31.646.350	Capital social		6.531.154	6.531.154	6.531.154	6.531.154
TOTAL DO ATIVO		39.697.410	38.741.761	40.110.566	38.776.485	Reservas de capital		5.053.045	5.053.045	5.053.045	5.053.045
						Reservas de lucros:					
						Reserva legal		756.649	595.957	756.649	595.957
						Reserva especial de dividendos não distribuídos		3.737.481	2.074.939	3.737.481	2.074.939
						Reserva de lucros a realizar		8.209.219	8.209.219	8.209.219	8.209.219
						Dividendos adicionais propostos		377.314	191.723	377.314	191.723
						Outros resultados abrangentes		(3.107.215)	(1.935.223)	(3.107.215)	(1.935.223)
								21.557.647	20.720.814	21.557.647	20.720.814
						Participação dos acionistas não controladores		—	—	849	863
								21.557.647	20.720.814	21.558.496	20.721.677
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.697.410	38.741.761	40.110.566	38.776.485

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31	8.648.965	8.462.226	8.668.451	8.470.683
CUSTO OPERACIONAL	32	(4.182.022)	(4.147.860)	(4.210.948)	(4.161.669)
Custo com energia elétrica		(1.465.857)	(1.290.698)	(1.480.355)	(1.290.374)
Energia elétrica comprada para revenda		(836.314)	(693.432)	(850.960)	(693.432)
Encargos de uso da rede elétrica		(629.543)	(597.266)	(629.395)	(596.942)
Custo de operação		(2.716.165)	(2.857.162)	(2.730.593)	(2.871.295)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(1.868.118)	(1.891.067)	(1.881.928)	(1.904.985)
Combustível e água para produção de energia elétrica		(558.052)	(685.526)	(558.052)	(685.526)
Depreciação e amortização		(274.593)	(260.542)	(274.648)	(260.592)
Outros		(15.402)	(20.027)	(15.965)	(20.192)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	32	(304.548)	(306.542)	(306.454)	(306.542)
LUCRO BRUTO		4.162.395	4.007.824	4.151.049	4.002.472
(DESPESAS) OPERACIONAIS	33	(131.019)	(538.071)	(132.869)	(373.543)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		4.031.376	3.469.753	4.018.180	3.628.929
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	16	(32.570)	(246.027)	(22.629)	(380.383)
RESULTADO FINANCEIRO	34	(556.388)	(1.581.636)	(552.427)	(1.580.094)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		3.442.418	1.642.090	3.443.124	1.668.452
Imposto de renda e contribuição social	35	(1.445.554)	(1.186.370)	(1.446.145)	(1.186.864)
Imposto de renda e contribuição social diferido	35	1.219.402	589.657	1.219.273	589.496
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.216.266	1.045.377	3.216.252	1.071.084
Parcela atribuída aos controladores		3.216.266	1.045.377	3.216.266	1.045.377
Parcela atribuída aos acionistas não controladores		—	—	(14)	25.707

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Lucro do exercício	3.216.266	1.045.377	3.216.252	1.071.084
Outros resultados abrangentes:				
Ganho (perda) em benefícios pós-emprego	(1.754.648)	(114.833)	(1.754.648)	(114.833)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	582.656	—	582.656	—
Ajuste acumulado de conversão em investida	—	30	—	30
Total do resultado abrangente do exercício	2.044.274	930.574	2.044.260	956.281

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Dividendo Adicional Proposto	Lucro (Prejuízo) Acumulado	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladores	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2018	6.531.154	5.053.045	10.273.773	—	126.817	(1.820.420)	20.164.369	847	20.165.216
Ajuste acumulado de conversão em investida	—	—	—	—	—	30	30	—	30
Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009)	—	—	—	—	—	(114.833)	(114.833)	—	(114.833)
Lucro do exercício	—	—	—	—	1.045.377	—	1.045.377	16	1.045.393
Destinação do resultado:									
Reserva legal	—	—	52.269	—	(52.269)	—	—	—	—
Reserva especial de dividendos não distribuídos	—	—	553.108	—	(553.108)	—	—	—	—
Reserva de lucros a realizar	—	—	126.817	—	(126.817)	—	—	—	—
Dividendo mínimo	—	—	—	—	(248.277)	—	(248.277)	—	(248.277)
Dividendo Adicional Proposto	—	—	—	191.723	(191.723)	—	—	—	—
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - Anteriormente apresentado	6.531.154	5.053.045	11.005.967	191.723	—	(1.935.223)	20.846.666	863	20.847.529
Reserva de lucros a realizar	—	—	(125.852)	—	—	—	(125.852)	—	(125.852)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - Reapresentado	6.531.154	5.053.045	10.880.115	191.723	—	(1.935.223)	20.720.814	863	20.721.677
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	—	—	—	—	—	(1.754.648)	(1.754.648)	—	(1.754.648)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	—	—	—	—	—	582.656	582.656	—	582.656
Prejuízo acumulado	—	—	—	—	(2.434)	—	(2.434)	—	(2.434)
Lucro do exercício	—	—	—	—	3.216.266	—	3.216.266	(14)	3.216.252
Destinação do resultado:									
Reserva legal	—	—	160.692	—	(160.692)	—	—	—	—
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2018	—	—	(250.000)	—	—	—	(250.000)	—	(250.000)
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2019	—	—	1.912.542	—	(1.912.542)	—	—	—	—
Reserva de lucros a realizar	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendo mínimo	—	—	—	—	(763.284)	—	(763.284)	—	(763.284)
Dividendo Adicional Proposto 2018	—	—	—	(191.723)	—	—	(191.723)	—	(191.723)
Dividendo Adicional Proposto 2019	—	—	—	377.314	(377.314)	—	—	—	—
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	6.531.154	5.053.045	12.703.349	377.314	—	(3.107.215)	21.557.647	849	21.558.496

(De acordo com os termos da Lei nº 6.404/1976, art. 189, § único e art. 200, inciso I. As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	35	3.442.418	1.642.090	3.443.124	1.668.452
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação e amortização	32	274.593	260.542	274.648	260.592
Variações monetárias/cambiais líquidas		70.040	90.755	70.046	90.755
Encargos financeiros		537.159	1.543.668	537.159	1.543.668
Renda de aplicação financeira	34	(43.845)	(44.630)	(48.068)	(46.099)
Juros s/refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	34	(5.050)	(4.887)	(5.050)	(4.887)
Receita de ativo financeiro – RBSE	14.3	(2.241.887)	(2.492.438)	(2.241.887)	(2.492.438)
Receita de ativo contratual de transmissão	14.3	(136.535)	(153.127)	(141.664)	(153.127)
Receita de construção	14.3	(338.273)	(339.545)	(340.176)	(344.772)
Resultado da equivalência patrimonial	16.1	32.570	246.027	22.629	380.383
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	33	120.069	92.162	120.069	92.162
Provisão (reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	33	359.122	309.114	359.122	309.114
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos	33	(312.684)	(50.411)	(312.684)	(68.919)
Provisão (reversão) contrato oneroso	33	(185.472)	249.234	(185.472)	203.678
Provisão (reversão) para plano de incentivo ao desligamento de pessoal	29	1.460	26.768	1.460	26.768
Provisão (reversão) para acordo judicial entre Furnas e empregados plano BD		(2.282)	(46.027)	(2.282)	(46.027)
Provisão (reversão) para perda com investimentos	33	(496.790)	(276.143)	(496.790)	(276.143)
Provisão (reversão) GAG Melhoria	33	62.695	52.832	62.695	52.832
Baixa de investimentos		–	23.188	–	23.188
Baixa de imobilizado	17.5	879	86	879	86
Baixa de financiamento - dação em pagamento	33	(32.760)	–	(32.760)	–
Encargos setoriais		561.058	470.143	561.036	470.418
Ganho atuarial - benefícios pós-emprego	33	(144.807)	(143.063)	(144.807)	(143.063)
Participação dos não controladores		–	–	14	(25.707)
		<u>1.521.678</u>	<u>1.456.338</u>	<u>1.501.241</u>	<u>1.520.914</u>
Acréscimos/decréscimos nos ativos operacionais					
Clientes		26.035	(200.396)	14.411	(200.216)
Repactuação do Risco Hidrológico – GSF	9	65.530	65.529	65.530	65.529
Almoxarifado	11	3.777	(9.781)	3.777	(9.781)
Cauções e depósitos vinculados		(19.537)	51.514	(19.545)	51.514
Tributos a recuperar		73.155	(64.648)	71.755	(65.105)
Despesas pagas antecipadamente	15.4	(21.288)	(10.679)	(21.288)	(10.679)
Créditos com fornecedores		(139.730)	–	(139.730)	–
Outros		(37.011)	(16.637)	(51.094)	(17.139)
		<u>(49.069)</u>	<u>(185.098)</u>	<u>(76.184)</u>	<u>(185.877)</u>
Acréscimos/decréscimos nos passivos operacionais					
Fornecedores		92.272	98.798	108.588	96.445
Obrigações estimadas		(29.551)	(107.540)	(29.593)	(107.094)
Tributos a recolher		675.055	854.580	675.228	850.115
Outros		9.052	(4.506)	12.127	31.062
		<u>746.828</u>	<u>841.332</u>	<u>766.350</u>	<u>870.528</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
Caixa proveniente das atividades operacionais					
Amortização de ativo financeiro – RAP	14.3	3.279.655	3.401.741	3.279.655	3.401.741
Amortização de ativo contratual de transmissão	14.3	210.523	192.022	217.215	198.714
Recebimento de encargos financeiros		1.805	824	1.805	824
Pagamento à entidade de previdência complementar - dívida (FRG)	24.2	(12.945)	(12.487)	(12.945)	(12.487)
Pagamento à entidade de previdência complementar - Plano BD		(40.954)	(51.925)	(40.954)	(51.925)
Pagamento de encargos financeiros		(649.910)	(739.695)	(649.910)	(739.695)
Pagamento de encargos setoriais		(509.477)	(430.303)	(509.477)	(430.303)
Pagamento de IR/CSLL/COFINS/PASEP		(2.215.434)	(1.763.960)	(2.215.434)	(1.763.960)
Pagamento de projetos P&D		(65.419)	(58.956)	(65.419)	(58.956)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal		(29.242)	(49.364)	(29.242)	(49.364)
Pagamento pelo uso do bem público	25.1	(2.466)	(2.375)	(2.466)	(2.375)
		(33.864)	485.522	(27.172)	492.214
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.185.573	2.598.094	2.164.235	2.697.779
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de ativo imobilizado	17.5	(287.461)	(223.712)	(725.809)	(350.909)
Aquisição de ativo intangível	18	(6.108)	(7.657)	(28.719)	(83.096)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	16.1	(183.935)	(445.409)	(183.935)	(445.409)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	16.5	(167.139)	(144.517)	–	–
Alienação de investimentos em participações societárias	16.1	32.000	–	32.000	–
Recebimento de empréstimos e financiamentos		338	9.393	338	9.393
Recebimento de remuneração de investimentos e participações societárias		205.297	227.290	205.297	227.290
Resgate/(aplicação) de títulos e valores mobiliários		(166.610)	(197.207)	(166.610)	(197.207)
Outros		1.879	3.657	(6.398)	(14.339)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(571.739)	(778.162)	(873.836)	(854.277)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	3.515	2.439	6.587
Emissão de debêntures	20.8	450.000	–	450.000	–
Empréstimos e financiamentos obtidos	20.3	650.083	–	988.978	–
Amortização de arrendamento mercantil		(3.698)	–	(3.698)	–
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	20.3	(2.008.157)	(1.491.042)	(2.008.157)	(1.491.042)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(720.515)	(318.344)	(720.515)	(318.344)
Outros		–	8.985	–	8.985
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(1.632.287)	(1.796.886)	(1.290.953)	(1.793.814)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(18.453)	23.046	(554)	49.688
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	28.093	5.047	73.161	23.473
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	9.640	28.093	72.607	73.161

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas de energia e serviços	10.344.497	9.976.971	10.368.736	9.987.474
Outras receitas operacionais	226.860	257.047	223.008	255.764
Menos:				
Insumos				
Custo de energia comprada	(1.465.857)	(1.290.698)	(1.480.355)	(1.290.374)
Materiais	(29.016)	(35.496)	(29.125)	(35.557)
Serviços de terceiros	(704.991)	(758.257)	(709.200)	(761.946)
Outros custos operacionais	<u>(1.657.216)</u>	<u>(1.349.315)</u>	<u>(1.660.971)</u>	<u>(1.350.892)</u>
2. VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>6.714.277</u>	<u>6.800.252</u>	<u>6.712.093</u>	<u>6.804.469</u>
Depreciação e amortização	(274.593)	(260.542)	(274.648)	(260.592)
Constituição/reversão de provisões	<u>455.342</u>	<u>(397.938)</u>	<u>455.342</u>	<u>(231.752)</u>
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>6.895.026</u>	<u>6.141.772</u>	<u>6.892.787</u>	<u>6.312.125</u>
Receitas financeiras (transferências)	3.059.333	943.965	3.063.615	945.797
Equivalência patrimonial	<u>(32.570)</u>	<u>(246.027)</u>	<u>(22.629)</u>	<u>(380.383)</u>
4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>9.921.789</u>	<u>6.839.710</u>	<u>9.933.773</u>	<u>6.877.539</u>
5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	1.134.111	1.097.314	1.143.603	1.107.482
Governo (impostos e contribuições)	1.395.169	1.702.185	1.396.859	1.703.388
Encargos financeiros e variação monetária	3.615.721	2.525.601	3.616.042	2.525.891
Encargos setoriais	560.522	469.233	561.017	469.694
Remuneração aos acionistas	763.284	248.277	763.284	248.277
Participação dos acionistas não controladores	–	–	(14)	25.707
Lucro do exercício retido	<u>2.452.982</u>	<u>797.100</u>	<u>2.452.982</u>	<u>797.100</u>
TOTAL	<u>9.921.789</u>	<u>6.839.710</u>	<u>9.933.773</u>	<u>6.877.539</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas” ou “Empresa”) é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede à Rua Real Grandeza, 219, Botafogo, Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Paraná, do Espírito Santo, de Goiás, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Pará, do Tocantins, de Rondônia, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Ceará e da Bahia. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional.

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, sintetizadas a seguir:

Geração

23 usinas em operação, cujas concessões são 100% de Furnas ou em parceria com a iniciativa privada ou em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE) e que contam com 18.145,97 MW(*) de potência instalada total, das quais:

- a) 21 (vinte e uma) são hidrelétricas (UHEs) com 17.765,97 MW(*) de potência instalada, sendo:
- 4 (quatro) 100% Furnas, 6 (seis) sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 (duas) em parceria com 9.046,20 MW de potência instalada e
 - 9 (nove) em SPEs, com 8.719,77 MW(*) de potência instalada.
- b) 2 (duas) são termelétricas 100% Furnas, com 380,00 MW(*) de potência instalada total.

As UHEs que tiveram suas concessões prorrogadas por meio da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 são: Corumbá I, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Furnas, Marimbondo e Porto Colômbia.

A Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,50 MW(*) de potência instalada, iniciou sua operação em maio de 2014, e sua concessão se encerra em 2041.

O Complexo Hidrelétrico Simplicio/Anta, cuja concessão se encerra em 2041 e conta com 333,70 MW(*) de potência total instalada, compreende a UHE Simplicio com 305,70 MW, que iniciou sua operação em junho de 2013, e a PCH (pequena central hidrelétrica) Anta com 28,00 MW(*), cuja primeira unidade geradora (14,00 MW) entrou em operação comercial em agosto de 2018 e a segunda (também com 14,00 MW) em outubro de 2018.

Furnas garantiu o direito de prorrogação da concessão da UHE Itumbiara pelo prazo de até 30 (trinta) anos, a partir de 2020 na medida em que foram atendidas as condições definidas pela Lei nº 13.182/2015, alterada posteriormente pela Lei nº 13.299/2016.

A Usina Hidrelétrica Mascarenhas de Moraes, com 476,00 MW(*) de potência instalada, iniciou sua operação comercial em abril de 1957 e sua concessão se encerra em 2024.

Furnas detém ainda o direito de concessão da Usina de Serra da Mesa, com a potência instalada de 1.275,00 MW(*), cuja propriedade cabe 51,54% à CPFL Geração S.A. e 48,46% a Furnas e a parceria do Aproveitamento Múltiplo de Manso, com potência instalada de 210,00 MW (*), cabendo 70% a Furnas e 30% à Proman.

Furnas participa, em regime de SPE, da construção de parques eólicos por meio da Brasil Ventos Energia S.A.

Transmissão

22.069,50 km(*) de linhas de transmissão, cujas concessões são 100% Furnas e 7.876,17 km(*) de linhas em SPEs, totalizando 29.945,67 km(*) de linhas de transmissão.

54 subestações em operação (100% Furnas ou em processo de transferência para Furnas) e um transformador do vão da LT Ibiúna-Bateias, que perfazem uma capacidade de transformação de 111.112,92 MVA(*), 15 subestações em operação em SPEs, com 30.578,80 MVA(*), totalizando 69 subestações com 141.691,72 MVA(*) de capacidade de transformação.

Furnas participa, em regime de SPE, da construção das linhas de transmissão LT 500 kV Itatiba–Bateias, LT 500 kV Araraquara 2–Itatiba, LT 500 kV Araraquara 2–Fernão Dias e LT 230 kV Jandaia - Russas II e SE Fernão Dias e SE Jandaia.

1.1. Indenizações pós Projeto Básico – modernização e melhorias

1.1.1. Geração Hidráulica

A Lei nº 12.783/2013 garantiu o direito das concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica, que prorrogaram suas concessões, à indenização pela parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujo valor seria atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária.

O Decreto nº 7.805/2012, que regulamenta a Lei nº 12.783/2013, estabeleceu que as indenizações dos investimentos em bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados referentes às concessões de geração seriam calculadas com base no Valor Novo de Reposição (VNR), considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A Resolução Normativa nº 596 de dezembro de 2013, que regulamenta o Decreto nº 7.850/2012, estabeleceu que as concessionárias deveriam comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis até dezembro de 2015.

Em outubro de 2015, Furnas apresentou Relatório elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda apontando os investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das usinas hidrelétricas Corumbá, Funil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Marimbondo e Porto Colômbia, cujas concessões foram prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração. A documentação apresentada indica o valor de R\$ 1.266.342 como valor base para a citada indenização, sendo que o valor contábil residual dos referidos bens, em 2 de outubro de 2015, era de R\$ 995.718.

Em janeiro de 2019, a Diretoria da ANEEL decidiu pela instauração de Audiência Pública, nº 003/2019, a fim de colher subsídios e informações adicionais para aprimorar os critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados e não depreciados, realizados ao longo das concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783, de 2013.

Em outubro de 2019, a análise das contribuições à Audiência Pública nº 003/2019 foi publicada pela Nota Técnica nº 096/2019-SRG-SFF-SCG/ANEEL. A Empresa aguardará deliberação da Diretoria da ANEEL para analisar os possíveis efeitos e então realizar qualquer ajuste que se faça necessário nos relatórios apresentados.

1.1.2. Geração Térmica (UTE Santa Cruz)

Reflete o montante residual que permaneceu ao final do período de concessão do empreendimento termoeletrico UTE Santa Cruz de R\$ 661.997 (Dez/2012). Em 31/12/2019, monta o valor R\$ 987.585 (Dez/2018 - R\$ 805.462).

A Lei nº 12.738/2013 não regulamentou a renovação da concessão das usinas termelétricas, no entanto, a UTE de Santa Cruz continua operando com contrato de venda de energia até 2026 e aguardando definição do poder concedente com relação à renovação.

NOTA 2 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujas principais características são listadas a seguir:

2.1. Geração de Energia Elétrica

Usina	Participação de Furnas (%)	Rio/Local	Potência Instalada (MW) ⁽¹⁾ (*)	Garantia Física (MW médio) (*)	Data da Concessão Original	Data de Vencimento	Data da Assinatura da Renovação (**)	Data de Vencimento Renovado (**)
Em Operação								
Hidrelétricas								
Batalha	100	São Marcos	52,50	48,80	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	–
Corumbá I ⁽⁹⁾	100	Corumbá	375,00	217,40	05.10.1981 e 29.11.1984	29.11.2014	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Funil ⁽⁹⁾	100	Paraíba do Sul	216,00	115,00	16.06.1961 e 10.03.1967	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Furnas ⁽⁹⁾	100	Grande	1.216,00	582,00	26.07.1957	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Itumbiara ⁽⁹⁾	100	Paranaíba	2.082,00	964,30	26.02.1970	21.03.2020 ⁽⁸⁾	Não afetada	–
Luiz Carlos Barreto de Carvalho ⁽⁹⁾	100	Grande	1.050,00	495,40	18.06.1962	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Marimbondo ⁽⁹⁾	100	Grande	1.440,00	689,70	03.03.1967	07.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Mascarenhas de Moraes ⁽⁹⁾	100	Grande	476,00	289,50	31.10.1973	29.01.2024 ⁽⁷⁾	Não afetada	–
Porto Colômbia ⁽⁹⁾	100	Grande	320,00	186,00	11.03.1967 e 20.08.1968	16.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Simplicio/Anta ⁽⁴⁾	100	Paraíba do Sul	333,70	191,30	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	–
Hidrelétricas Compartilhadas (Parceria)								
Manso ⁽⁹⁾	70	Manso	210,00	87,80	10.02.2000	09.02.2035	Não afetada	–
Serra da Mesa ⁽⁹⁾	48,46	Tocantins	1.275,00	637,50	06.05.1981 e 12.11.2004	30.09.2040 ⁽³⁾	Não afetada	–
Termelétricas								
Campos (Roberto Silveira)	100	Campos dos Goytacazes	30,00	20,90	27.07.2007	27.07.2027	Não afetada	–
São Gonçalo (fora de operação)	100	São Gonçalo	–	–	12.01.1953 e 14.07.1977	Prorrogação negada ⁽⁶⁾	–	–
Santa Cruz ⁽⁵⁾	100	Rio de Janeiro	500,00	401,20	22.08.1963 e 10.03.1967	07.07.2015 ⁽¹⁰⁾	Afetada, mas ainda não prorrogada	–

⁽¹⁾ Potência homologada pela ANEEL.
⁽²⁾ 1º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004, assinado em 04 de dezembro de 2012.
⁽³⁾ 2º Termo aditivo ao contrato nº 005/2004, assinado em 26 de maio de 2017. (REA 6055/2016)
⁽⁴⁾ Usina de Símplicio, com capacidade instalada 305,70 MW e garantia física de 175,4 MW; PCH Anta com capacidade instalada de 28 MW e garantia física de 15,90 MW.
⁽⁵⁾ A potência de 500 MW exclui as UGs 3 e 4, cuja operação comercial se encontra suspensa por tempo indeterminado, conforme despacho ANEEL Nº 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW ainda não disponível devido ao atraso nas obras de expansão da usina, ao final das quais as UGs 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGs 1 e 2. A garantia física de 401,2 MW é relativa à potência instalada de 500 MW.
⁽⁶⁾ Prorrogação negada por meio da Portaria MME nº 245, de 20 de abril de 2012, antes, portanto, da edição da MP 579, em setembro do mesmo ano.
⁽⁷⁾ 3º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004, assinado em 26 de maio de 2017. (REA 6054/2016)
⁽⁸⁾ A Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015, facultou a Furnas a prorrogação da concessão da UHE Itumbiara em contrapartida a sua participação no Fundo de Energia do Sudeste-Centro-Oeste (FESC) e à celebração de contratos de energia lastreados na garantia física da usina com unidades consumidoras localizadas no submercado Sudeste/Centro-Oeste, a partir de leilões promovidos por Furnas. Assim sendo, e dada adesão da Empresa ao regime previsto pela referida Lei, Furnas terá a prorrogação da concessão da UHE Itumbiara por prazo adicional de até 30 anos.
⁽⁹⁾ A Portaria MME Nº 178, de 03/05/2017, revisou os valores de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN, com validade a partir de 1º de janeiro de 2018.
⁽¹⁰⁾ Solicitada à ANEEL prorrogação da concessão nos termos do requerimento REQ.GCO.P.027.2013, de 05.07.2013 cujas condições seguem vigentes.

(*) Informação não auditada.
(**) Segundo Lei nº 12.783/2013.

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa, na forma de parceria, em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) detentoras de concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Rio ou Município/ Estado ou Estado/País	Potência Instalada (MW) ⁽¹⁾ (*)	Garantia Física (MW médio) (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Hidrelétricas em operação						
Baguari ⁽⁵⁾	15,00	Doce	140,00	84,70	15.08.2006	14.08.2041
Foz do Chapecó ⁽⁵⁾	40,00	Uruguai	855,00	427,20	07.11.2001	06.11.2036
Peixe Angical ⁽⁵⁾	40,00	Tocantins	498,75	280,50	07.11.2001	06.11.2036
Retiro Baixo ⁽⁵⁾	49,00	Paraopeba	82,00	36,60	15.08.2006	14.08.2041
Santo Antônio ⁽¹⁰⁾	43,06	Madeira	3.568,30	2.386,10	13.06.2008	12.06.2043
São Manoel ⁽¹¹⁾	33,33	Teles Pires	735,84	430,40	10.04.2014	09.04.2049
Serra do Facão ⁽⁵⁾	49,47	São Marcos	212,58	178,80	07.11.2001	06.11.2036
Teles Pires	24,50	Teles Pires	1.819,80	930,70	07.06.2011	07.06.2046
Hidrelétricas em operação em regime de cotas						
Três Irmãos	49,90		807,50	217,50	10.10.2014	09.10.2044
Empreendimento Suspenso						
Inambari ⁽²⁾	19,60	AM/Peru	2.200,00	–	–	–
Complexos Eólicos						
Serra do Mel I ⁽⁴⁾	90,00	Serra do Mel/RN	28,00	13,00	13.10.2014	13.10.2049
Serra do Mel II ⁽⁴⁾	90,00	Serra do Mel/RN	28,00	12,80	13.10.2014	13.10.2049
Serra do Mel III ⁽⁴⁾	90,00	Serra do Mel/RN	28,00	12,50	24.11.2014	24.11.2049
Complexos Eólicos - Brasil Ventos Energia S. A. ⁽⁶⁾						
Fortim - São Januário ⁽⁸⁾	⁽⁷⁾	Fortim/CE	21,00	9,00	17.07.2012	17.07.2047
Fortim - Nossa Senhora de Fátima ⁽⁸⁾	⁽⁷⁾	Fortim/CE	30,00	12,80	08.08.2012	08.08.2047
Fortim - Jandaia ⁽⁸⁾	⁽⁷⁾	Fortim/CE	27,00	14,10	08.08.2012	08.08.2047
Fortim - São Clemente ⁽⁸⁾	⁽⁷⁾	Fortim/CE	21,00	9,30	25.07.2012	25.07.2047
Fortim - Jandaia 1 ⁽⁸⁾	⁽⁷⁾	Fortim/CE	24,00	9,90	05.07.2012	05.07.2047
Famosa I - Famosa 1 ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Tibau/RN	22,50	11,10	24.05.2012	24.05.2047
Famosa I - Pau Brasil ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Icapuí/CE	15,00	7,70	26.03.2012	26.03.2047
Famosa I - Rosada ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Tibau/RN	30,00	13,4	31.05.2013	31.05.2048
Famosa I - São Paulo ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Icapuí/CE	17,50	8,10	26.03.2012	26.03.2047
Baleia - Bom Jesus ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Itapipoca/CE	18,00	8,10	14.04.2014	14.04.2049
Baleia - Cachoeira ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Itapipoca/CE	12,00	5,00	14.04.2014	14.04.2049
Baleia - Pitimbu ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Itapipoca/CE	18,00	7,20	24.03.2014	24.03.2049
Baleia - São Caetano ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Itapipoca/CE	25,20	11,00	14.04.2014	14.04.2049
Baleia - São Caetano I ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Itapipoca/CE	18,00	7,70	14.04.2014	14.04.2049
Baleia - São Galvão ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Itapipoca/CE	22,00	9,50	25.03.2014	25.03.2049
Punaú - Carnaúba I ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Maxaranguape/RN	22,00	9,40	07.07.2014	07.07.2049
Punaú - Carnaúba II ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Maxaranguape/RN	18,00	7,30	07.07.2014	07.07.2049
Punaú - Carnaúba III ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Maxaranguape/RN	16,00	7,50	07.07.2014	07.07.2049
Punaú - Carnaúba V ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Rio do Fogo/RN	24,00	10,10	07.07.2014	07.07.2049
Punaú - Cervantes I ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Rio do Fogo/RN	16,00	7,10	07.07.2014	07.07.2049
Punaú - Cervantes II ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Rio do Fogo/RN	12,00	5,60	07.07.2014	07.07.2049
Punaú - Punaú I ⁽³⁾	⁽⁷⁾	Rio do Fogo/RN	24,00	11,00	07.07.2014	07.07.2049
Famosa III - Arara Azul ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	João Câmara/RN	27,50	10,70	17.11.2014	17.11.2049
Famosa III - Bentevi ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	João Câmara/RN	15,00	5,70	12.11.2014	12.11.2049
Famosa III - Ouro Verde I ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	João Câmara/RN	27,50	10,70	11.11.2014	11.11.2049
Famosa III - Ouro Verde II ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	João Câmara/RN	30,00	11,20	12.11.2014	12.11.2049
Famosa III - Ouro Verde III ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	João Câmara/RN	25,00	9,40	12.11.2014	12.11.2049
Acaraú - Santa Rosa ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	Acaraú/CE	20,00	8,40	09.10.2014	09.10.2049
Acaraú - Uirapuru ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	Acaraú/CE	28,00	12,60	10.10.2014	10.10.2049
Acaraú - Ventos de Angelim ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	Acaraú/CE	24,00	10,30	17.11.2014	17.11.2049
Itaguaçu da Bahia - Itaguaçu da Bahia ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,00	09.09.2014	09.09.2049
Itaguaçu da Bahia -Ventos de Santa Luiza ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,20	12.09.2014	12.09.2049
Itaguaçu da Bahia -Ventos de Santa Madalena ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,70	09.09.2014	09.09.2049
Itaguaçu da Bahia -Ventos de Santa Marcella ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	13,60	18.09.2014	18.09.2049
Itaguaçu da Bahia -Ventos de Santa Vera ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	15,20	09.09.2014	09.09.2049
Itaguaçu da Bahia -Ventos de Santo Antônio ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	16,10	19.09.2014	19.09.2049
Itaguaçu da Bahia -Ventos de São Bento ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,40	09.09.2014	09.09.2049
Itaguaçu da Bahia -Ventos de São Cirilo ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	14,70	17.09.2014	17.09.2049
Itaguaçu da Bahia -Ventos de São João ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	15,00	19.09.2014	19.09.2049
Itaguaçu da Bahia -Ventos de São Rafael ⁽⁴⁾	⁽⁷⁾	Itaguaçu da Bahia/BA	28,00	13,80	17.09.2014	17.09.2049

⁽¹⁾ Potência homologada pela ANEEL.
⁽²⁾ Empreendimento suspenso ainda na fase de estudo de viabilidade. A potência instalada é a expectativa do projeto.
⁽³⁾ Os empreendimentos participaram do Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva de 2017, de que trata o Decreto 9.019/2017 e lograram êxito. O resultado da descontratação e devolução das outorgas pela ANEEL foi homologado. No caso específico de Famosa I, houve a revogação da outorga e aplicação de multa por parte da ANEEL.
⁽⁴⁾ Os empreendimentos dos Complexos de Acaraú, Serra do Mel, Famosa III e Itaguaçu tiveram suas energias descontratadas integralmente no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits - MCSD - Redução Permanente (Resolução Normativa ANEEL nº 693, de 15 de dezembro de 2015). Furnas solicitou a revogação, sem penalidades, das outorgas dos projetos descontratados MCSD. Observa-se, no entanto, que a ANEEL, além de revogar as outorgas dos parques eólicos pertencentes aos complexos Acaraú, Famosa III e Serra do Mel, suspendeu, pelo período de 1 (um) ano, o direito de Furnas de contratar ou participar de licitações promovidas pela agência. Cabe destacar que a decisão não transitou em julgado e ainda cabe recurso.
⁽⁵⁾ A Portaria MME Nº 178, de 03/05/2017, revisou os valores de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN, com validade a partir de 1º de janeiro de 2018.
⁽⁶⁾ A Brasil Ventos Energia S. A. é responsável pela gestão dos empreendimentos eólicos, com exceção dos do Complexo Serra do Mel (ver Nota 10 abaixo). A participação acionária de Furnas na Brasil Ventos é de 100%.
⁽⁷⁾ A participação de Brasil Ventos nos empreendimentos eólicos é de 100% no Complexo Fortim, 98% no Complexo Itaguaçu da Bahia, 90% nos Complexo Acaraú e Famosa III e 49% nos Complexos Famosa I, Baleia e Punaú.
⁽⁸⁾ Empreendimento em construção.
⁽⁹⁾ Em 28/08/2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da sociedade e integralizaram este aumento. Em 02/10/2018, Furnas subscreveu a parcela das sobras não subscritas por CEMIG e SAAG. O montante subscrito elevou a sua participação acionária para 41,54%. Furnas realizou aporte de recursos financeiros em MESA, em razão da aprovação em Assembleia Geral Extraordinária da SPE (03/10/2018) que aumentou o capital subscrito em R\$ 300 milhões. Odebrecht Energia do Brasil e Caixa FIP Amazônia não subscreveram e a participação acionária de Furnas aumentou para 42,46%. Um novo aumento de capital foi aprovado na AGE de 29/11/2018 e após o aporte de Furnas sua participação acionária passou a ser de 43,06%.
⁽¹⁰⁾ A retificação da Portaria MME/SPE nº 155/2018, publicada no Diário Oficial da União em 19/02/2019, revisou os valores de potência instalada e garantia física de energia da UHE Santo Antônio.
⁽¹¹⁾ A Portaria MME/SPE nº 352/2019, publicada no Diário Oficial da União em 10/12/2019, revisou os valores de potência instalada e garantia física de energia da UHE São Manoel.

(*)Informação não auditada.

2.2. Transmissão de Energia Elétrica

Os contratos de concessão de transmissão em operação encontram-se discriminados a seguir:

Contrato nº	Empreendimento	UF	Assinatura do Contrato de Concessão	Início da Concessão	Prazo da Concessão	Término da Concessão
034/2001	Expansão da Interligação Sul-Sudeste	PR, SP	09.05.2001	09.05.2001	30 anos	08.05.2031
062/2001	Diversos empreendimentos prorrogados no contexto da Lei nº 12.783/2013	RJ, SP, PR, MG, GO, TO, DF, ES, MT	29.06.2001 e 04.12.2012	01.01.2013	30 anos	31.12.2042
006/2005	LT Macaé-Campos C3	RJ	04.03.2005	04.03.2005	30 anos	03.03.2035
007/2006	LT Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste 345 kV	SP	27.04.2006	27.04.2006	30 anos	26.04.2036
003/2009	LT Bom Despacho 3-Ouro Preto 2.500 kV	MG	28.01.2009	28.01.2009	30 anos	27.01.2039
016/2012	SE Zona Oeste 500/138 kV - 1.200 MVA	RJ	10.05.2012	10.05.2012	30 anos	09.05.2042
014/2011	LT Xavantes-Pirineus 230 kV CS	GO	09.12.2011	09.12.2011	30 anos	08.12.2041
006/2010	LT Mascarenhas-Linhares 230 kV CS; SE Linhares - 230/138 kV - 150 MVA	ES	12.07.2010	12.07.2010	30 anos	11.07.2040

2.2.1. Revisão Tarifária – Concessão nº 062/2001

A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018, subsidiada pela Nota Técnica nº 144/2018 - SGT/ANEEL, estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) para o ciclo 2018/2019 pela disponibilização das instalações sob responsabilidade das concessionárias de transmissão e homologou o resultado da revisão tarifária provisória para a concessão de transmissão de nº 062/2001. Como resultado, foi realizado o recálculo do componente econômico da RAP de que trata a Portaria MME nº 120/2016, com efeitos a partir de julho de 2018.

Para as parcelas da RAP dos reforços e melhorias autorizados, para o componente financeiro da RAP de que trata a Portaria MME nº 120/2016, e para as parcelas da RAP da Portaria MME 579/2012, foram aplicados, provisoriamente, apenas o reajuste pelo IPCA. A ANEEL afirma que estes componentes da RAP serão revisados em caráter definitivo e retroativo a 1º de julho de 2018, após as conclusões das discussões técnicas pendentes.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019, subsidiada pela Nota Técnica nº 115/2019 - SGT/ANEEL, estabeleceu as Receitas Anuais Permtidas (RAP) para o ciclo 2019/2020 pela disponibilização das instalações sob responsabilidade das concessionárias de transmissão.

Assim que a ANEEL concluir o processo de revisão tarifária da concessão 062/2001, os efeitos contábeis serão avaliados.

2.2.2. Sistema Itaipu

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por três troncos de transmissão em corrente alternada (750 kV) e duas linhas em corrente contínua (± 600 kV). Os troncos de transmissão em corrente alternada são compostos por nove linhas de transmissão que ligam Foz do Iguaçu, Ivaiporã, Itaberá e Tijuco Preto. Já as linhas de corrente contínua interligam diretamente Foz do Iguaçu a Ibiúna. A distância cruzada por esses sistemas, entre os Estados do Paraná e de São Paulo, é de aproximadamente 900 km.

2.2.3. Parcerias de Furnas com outras sociedades (SPEs) em projetos de transmissão:

Investida	Linha	km ⁽¹⁾ (*)	Subestação	Capacidade de Transformação (MVA)	Data da Outorga	Prazo da Concessão	
Baguari Energia	LT 230 kV UHE Baguari - Baguari C1 e C2 ⁽³⁾	1,21	–	–	15.08.2006	35 anos	
	LT 230 kV UHE Baguari - Baguari C3 e C4 ⁽³⁾	1,36	–	–			
Belo Monte Transmissora de Energia	LT 800 kV Xingu-Estreito C1 e C2	2.076,00	Estação Conversora 4.000 MW na SE Xingu ⁽²⁾	4.752,00	16.06.2014	30 anos	
			Estação Conversora 3.850 MW na SE Estreito ⁽²⁾	4.660,80			
Caldas Novas Transmissão	–	–	SE Corumbá - Ampliação da SE UHE Corumbá I ⁽²⁾	150,00	16.06.2011	30 anos	
Empresa de Energia São Manoel	LT 500 kV UHE São Manoel – Paranaíta C1	40,00	SE UHE São Manoel	780,00	10.04.2014	35 anos	
Chapecoense Geração	LT 230 kV UHE Foz do Chapecó - Foz do Chapecó C1 e C2 ⁽³⁾	2,93	–	–	07.11.2001	35 anos	
	LT 230 kV UHE Foz do Chapecó - Foz do Chapecó C3 e C4 ⁽³⁾	2,90	–	–			
Enerpeixe	LT 500 kV Peixe Angical - Peixe 2	20,00	SE UHE Peixe Angical	525,00	07.11.2001	35 anos	
Goiás Transmissão	LT 500 kV Rio Verde Norte - Trindade C1 e C2 ⁽³⁾	374,00	SE Trindade	1.600,00	12.07.2010	30 anos	
	LT 230 kV Trindade - Xavantes C1 e C2 ⁽³⁾	74,00					
	LT 230 kV Trindade - Carajás C1	30,00					
Interligação Elétrica do Madeira	LT 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 C1 e C2	2.384,56	Estação Retificadora 3.150 MW na SE Coletora Porto Velho ⁽²⁾	3.832,00	26.02.2009	30 anos	
			Estação Inversora 2.950 MW na SE Araraquara 2 ⁽²⁾	3.632,00			
Lago Azul Transmissão	LT 230 kV Barro Alto-Itapaci C2	69,00	–	–	14.05.2014	30 anos	
Madeira Energia	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C1	12,90	SE UHE Santo Antônio	4.130,00	13.06.2008	35 anos	
	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C2	13,55					
	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C3 e C4 ⁽³⁾	29,20					
	LT 230 kV UHE Santo Antônio - Porto Velho C1 e C2 ⁽³⁾	39,60					
MGE Transmissão	LT 500 kV Mesquita - Viana 2 C1	252,00	SE Viana 2	900,00	12.07.2010	30 anos	
	LT 345 kV Viana 2 - Viana C1 e C2 ⁽³⁾	16,00					
Paranaíba Transmissora de Energia	LT 500 kV Barreiras II-Rio das Éguas	239,10	–	–	02.05.2013	30 anos	
	LT 500 kV Rio das Éguas-Luziânia	346,20					
	LT 500 kV Luziânia-Pirapora 2	368,10					
Retiro Baixo Energética	LT 138 kV Retiro Baixo - Curvelo 2 C1	45,06	SE UHE Retiro Baixo	100,00	15.08.2006	35 anos	
Serra do Facão Energia	LT 138 kV Serra do Facão - Catalão C1 e C2 ⁽³⁾	65,60	SE UHE Serra do Facão	237,00	07.11.2001	35 anos	
Teles Pires Participações	LT 500 kV Teles Pires - Paranaíta C1 e C2 ⁽³⁾	18,60	SE UHE Teles Pires ⁽⁴⁾	2.025,00	07.06.2011	35 anos	
Transenergia Goiás	LT 230 kV UHE Serra da Mesa-Niquelândia C2	100,00	–	–	09.11.2009		
	LT 230 kV Niquelândia-Barro Alto C2	89,00					
Transenergia Renovável	LT 230 kV Barra dos Coqueiros - Quirinópolis C1	51,30	SE Edéia	300,00	23.04.2009	30 anos	
	LT 138 kV Quirinópolis - UTE Quirinópolis C1	33,90					
	LT 138 kV Quirinópolis - UTE Boa Vista C1	16,40					
	LT 230 kV Chapadão - Jataí C1 e C2 ⁽³⁾	276,00					
	T 138 kV Jataí - Mineiros C1	61,40	SE Jataí	450,00			
	LT 138 kV Jataí - UTE Jataí C1	51,60					
	LT 138 kV Jataí - UTE Água Emendada C1	32,60	SE Mineiros	–			
	LT 138 kV Mineiros - Morro Vermelho C1	46,90	SE Morro Vermelho	–			
	LT 138 kV Morro Vermelho - UTE Alto Taquari C1	30,10	SE Quirinópolis	225,00			
	LT 230 kV Palmeiras - Edéia C1	58,60					
LT 138 kV Edéia - UTE Tropical Bioenergia I e II C1	48,50						
Transenergia São Paulo	–	–	SE Itatiba	1.200,00	19.11.2009	30 anos	
Triângulo Mineiro Transmissora	LT 500 kV Marimbondo II - Assis	296,50	–	–	14.08.2013	30 anos	
	LT 500 kV Luziânia - Brasília Leste C1	67,00					
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia	LT 500 kV Luziânia - Brasília Leste C2	67,00	SE Brasília Leste	1.080,00	09.10.2013	30 anos	
	LT 345 kV Samambaia - Brasília Sul C3	14,00					
	LT 230 kV Brasília Sul - Brasília Geral C3 (subterrânea)	13,50					
Mata de Santa Genebra Transmissão	LT 500 kV Itatiba - Bateias ⁽⁵⁾	414,26	SVC 300 MVar na SE Santa Bárbara D'Oeste ⁽²⁾		14.05.2014	30 anos	
	LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba(5)	222,59	SVC 300 MVar na SE Itatiba ^{(2) (5)}				
	LT 500 kV Araraquara 2-Fernão Dias ⁽⁵⁾	249,60	SE Fernão Dias (1º Bco de Autotrafos - 1200 MVA, 2º Bco de Autotrafos 2400 MVA) ⁽⁵⁾				
Brasil Ventos Energia - Fortim	LT 230 kV Jandaia - Russas II ⁽⁵⁾	68,00	SE Jandaia ⁽⁵⁾		140,00	17.07.2012	35 anos

⁽¹⁾ Valores aproximados.

⁽²⁾ A subestação não pertence à SPE.

⁽³⁾ Circuito Duplo - quilometragem dobrada.

⁽⁴⁾ Subestação de manobra, sem capacidade de transformação.

⁽⁵⁾ Empreendimentos em construção.

Nota: LT = linha de transmissão; SE = subestação.

^(*) Informação não auditada.

2.3. Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal publicou a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e a assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições. Pressupôs, ainda, a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei nº 12.783/2013, estando ainda prevista a indenização ou a incorporação na base tarifária, a critério do Poder Concedente, dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no Valor Novo de Reposição (VNR).

Adicionalmente, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda (MF) emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial nº 580, por meio da qual fixaram os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afetados pela Medida Provisória nº 579, referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Os valores de indenização dos ativos de geração foram ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial nº 602.

Essas indenizações se referem, no caso de transmissão, apenas aos ativos atinentes à RBNI. Já no caso de geração, os valores fixados pelo MME correspondem aos investimentos identificados no Projeto Básico das usinas.

2.3.1. Ativos de concessões prorrogadas cuja indenização ainda não foi homologada pelo Poder Concedente

Descritivo	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Geração		
Modernizações e melhorias	995.718	995.718
Geração térmica	987.585	805.462
Total	1.983.303	1.801.180

2.3.2. Os efeitos da Lei nº 12.783/2013, por segmento de negócio

Conforme previu a Lei nº 12.783/2013, a ANEEL estabeleceu os critérios e procedimentos para que fossem encaminhadas à Agência as informações necessárias para o cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos ainda não totalmente depreciados. Nesse sentido, foi publicada uma Resolução Normativa para cada segmento.

2.3.2.1. Transmissão

Para a transmissão, a ANEEL mediante a Resolução Normativa nº 589 de 10 de dezembro de 2013, disciplinou os critérios para cálculo do VNR, para fins de indenização dessas instalações. Essa Resolução estabeleceu que a concessionária contratasse uma empresa credenciada junto à ANEEL para elaborar um laudo de avaliação contemplando os ativos existentes em 31 de maio de 2000, não depreciados até 31 de dezembro de 2012.

Em 2019, o pagamento do valor residual dos ativos de transmissão considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 - Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) completou o segundo ciclo de recebimento, na forma do Despacho ANEEL nº 1.779/2017, que excluiu provisoriamente a parcela de remuneração (Ke) do pagamento, em razão de decisão judicial liminar proferida a favor da ABRACE e Outros. No que concerne às ações judiciais sobre o tema, em 2019 foram proferidas diversas sentenças de improcedência integral dos pedidos, conferindo, assim, direito ao pagamento integral do valor em comento, incluindo a parcela da remuneração (Ke). Em que pese as decisões de primeira instância, verificamos a interposição dos recursos cabíveis e a remessa obrigatória à segunda instância, sendo certo que estão pendentes de decisão pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

2.3.2.2. Geração Hidrelétrica – Investimentos após o projeto básico

Descritivo	Controladora			
	31.12.2019			
	Valor contábil líquido do Pleito	Valor contábil líquido em 31.12.2019	VNR	Valor a receber (*)
Usinas				
UHE Furnas	514.825	665.211	606.859	606.859
UHE Estreito	480.893	419.669	659.483	659.483
Total	995.718	1.084.880	1.266.342	1.266.342

(*) Valores sujeitos à homologação da ANEEL

Descritivo	Controladora			
	31.12.2018			
	Valor contábil líquido do Pleito	Valor contábil líquido em 31.12.2018	VNR	Valor a receber (*)
Usinas				
UHE Furnas	514.825	691.174	606.859	606.859
UHE Estreito	480.893	439.840	659.483	659.483
Total	995.718	1.131.014	1.266.342	1.266.342

(*) Valores sujeitos à homologação da ANEEL

O valor da indenização a receber é o VNR. Em atendimento à Resolução Normativa 596/2013, Furnas protocolou junto à ANEEL, relatório contendo as informações necessárias para a valoração desses ativos e permanece no aguardo de manifestação do Órgão Regulador para reconhecer os efeitos pertinentes aos respectivos investimentos realizados, uma vez que a Agência ainda não homologou tais valores.

2.3.2.3. Geração Térmica – UTE Santa Cruz

Descritivo	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Valor contábil líquido (*)	987.585	805.462
Valor novo de reposição (VNR)	2.780.046	2.780.046

(*) Valores sujeitos à homologação da ANEEL

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão elencadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Empresa compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais a Empresa optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras da Empresa apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente e em conformidade com as normas internacionais. A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 do CPC (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, o CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações separadas da investidora,

eliminando essa diferença, até então existente, entre a legislação brasileira e a norma internacional. Já para os investimentos em empreendimentos onde a Empresa detém o controle, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros provenientes de suas investidas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação destas demonstrações financeiras envolve o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis de Furnas e suas investidas em conjunto. Sendo assim, aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.3.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico onde a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

As demonstrações financeiras foram objeto de manifestação favorável pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2020.

3.2. Práticas e políticas contábeis

As práticas e políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Empresa e suas investidas em suas demonstrações financeiras.

3.2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações de Furnas e das seguintes controladas: Transenergia Goiás S.A. e Brasil Ventos Energia S.A., considerando as participações descritas na Nota 16.1.

As transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

3.2.2. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa e os depósitos bancários.

A Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) estabelece no seu artigo 178, que no Ativo as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez e, dentro deste conceito, as contas de disponibilidades são as primeiras a serem apresentadas no Balanço Patrimonial e como também definido pelo art. 179, dentro do Ativo Circulante.

3.2.3. Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias

São decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

3.2.4. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

É estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base em análise confiável e no histórico de inadimplência, sendo estas deduzidas das receitas de contratos com clientes já no reconhecimento inicial (inclusive títulos a vencer), e não mais em momento em que tais perdas sejam prováveis, obedecendo o critério de perda esperada a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que toma como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro em conjunto com os critérios descritos nos itens anteriores.

3.2.5. Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas, estão auferidos até a data do balanço e registrados ao custo histórico, acrescidos dos respectivos rendimentos.

3.2.6. Almozarifado

Os materiais em almozarifado, classificados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, representam itens para uso próprio e investimento e estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de estimativa para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, a saber: Custo amortizado (CA), instrumento patrimonial mensurado ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Tais classificações, bem como suas mensurações são baseadas, em duas condições: (i) no modelo de negócios da Empresa no qual o ativo é mantido; e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do referido ativo financeiro.

Em resumo, os modelos de negócios são divididos em três categorias, conforme apresentados a seguir:

	Modelo	Contexto
1	Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2	Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3	Demais Modelos de Negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se às categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Classificação e Mensuração - CPC 48	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.2.8. Investimentos

Furnas possui participações em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs), sob controle compartilhado com outros acionistas. Todos têm o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, de forma colegiada sem exercer o controle individual.

Os resultados destas SPEs são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

3.2.9. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo e calculada pelo método linear, e apropriada ao resultado do exercício, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, conforme previsto pela Orientação Técnica OCP/05 – Contratos de Concessão (item 111).

A vida útil estimada de cada bem, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela ANEEL. Adicionalmente, a mesma também é responsável por estabelecer a apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado. Somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (ou despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado.

Os bens de geração, não afetados pela Lei nº 12.783/2013 (terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos – não qualificáveis na ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão) estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (Nota 17).

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso. A depreciação desses ativos se inicia quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Ressalta-se que, segundo as normas contábeis, os terrenos não sofrem depreciação.

3.2.10. Ativo Intangível

As faixas de servidões permanentes são registradas pelo custo de aquisição. Os *softwares* de manutenção de sistema corporativo são registrados e avaliados custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo, também estão incluídos os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente, a taxa implícita do projeto.

3.2.10.1. Baixa de ativo intangível

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.2.10.2. Ativo intangível proveniente do direito da exploração das concessões

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões de Furnas decorre de Uso do Bem Público (UBP), o qual determinadas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de UBP. O registro desta obrigação a valor presente na data da assinatura dos respectivos contratos teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.2.11. Provisão ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da provisão.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflicta uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da provisão de perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.2.12. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.2.12.1. Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros, ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

3.2.12.2. Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os mesmos são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

3.2.12.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, tanto no circulante como no não circulante, nas rubricas “fornecedores”, “financiamentos e empréstimos” e “outros”. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros no respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.12.3.1. Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é procedida somente quando as obrigações são extintas, canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2.12.3.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

3.2.13. Impostos correntes

As provisões para Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSSL) estão baseadas no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui valores (receitas ou despesas) tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

As provisões para IR e CSSL são calculadas individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Furnas adota o regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo do IR e da CSSL é o lucro, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o IR e de 9% para a CSSL e estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Conforme facultado pela legislação tributária algumas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do IR e da CSSL é calculada à razão de 8% no cálculo de IR e 12% no cálculo de CSSL sobre as receitas brutas provenientes da venda de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o IR e de 9% para a CSSL.

3.2.14. Impostos diferidos

O IR e CSSL diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se os critérios definidos pela regra fiscal forem atendidos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.2.15. Benefícios a empregados

A Empresa opera um fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a seguradoras, ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD).

Em geral, os planos de BD estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão de BD, é o valor presente da obrigação de BD na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de BD é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de BD é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Um plano de CD é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada. Para a empresa, não existem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Com relação ao plano de CD, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível.

Furnas possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuarialmente e que se encontram provisionados.

A Empresa contabiliza os ganhos e perdas atuariais reconhecendo-os de forma integral na rubrica outros resultados abrangentes (ORA) no Patrimônio Líquido (PL), conforme previsto no CPC 33 (R1), líquido dos efeitos tributários.

3.2.16. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

3.2.17. Reconhecimento de receita

A Empresa aplica um modelo de cinco etapas, sendo elas, identificação do contrato, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço de transação e reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A norma determina que a Empresa só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso deixarão de ter as respectivas receitas reconhecidas. Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com o CPC 47/IFRS 15.

3.2.18. Ativo de Contrato de Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir, e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Desta forma eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na taxa interna de retorno (TIR) de cada projeto, juntamente com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Com a entrada em vigor, em 01 de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, Furnas utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento;
- Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção; e
- Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa taxa de desconto é calculada contrato a contrato e varia entre 4,16% e 9,93%.

3.2.18. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, por sua vez, devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

- variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar, com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em ORA e reclassificadas do PL para o resultado da amortização de itens monetários.

3.2.19. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos imobilizados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.2.20. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.2.21. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segue as disposições contidas no CPC 09 – *Demonstração do Valor Adicionado* e é apresentada como informação adicional.

3.2.22. Concessões a pagar

A Empresa, mediante suas concessões nas usinas de Simplicio e Batalha, e por intermédio de suas investidas: Cia Hidrelétrica Teles Pires, Chapecoense Geração S.A., Enerpeixe S.A., Retiro Baixo Energética S.A., Serra do Fação Energia S.A. e Madeira Energia S.A., possui ônus em seus contratos de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia

3.3. Uso de julgamentos e estimativas contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Empresa quando da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis se tornam críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração, a materialização no valor contábil de seus ativos e passivos e de resultado pode divergir dessas estimativas.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, Furnas formou seu julgamento sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

3.3.1. Ativo e passivo fiscais diferidos (nota 21)

O mesmo critério adotado para apuração e contabilização do IRPJ e da CSLL é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias foram realizadas, levando-se em consideração a capacidade de realização futura pela geração de lucros tributáveis.

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar, ou não, o montante do ativo fiscal diferido.

3.3.2. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (nota 17.3)

A Administração da Empresa adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário.

Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência, na gestão do ativo (conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa), que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor.

Além disso impactam no cálculo das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detida pela Empresa, em especial destacamos os valores de sua reversão ao final do prazo de concessão.

3.3.3. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros (nota 26)

Furnas reconhece provisão para riscos com causas tributárias, cíveis, trabalhistas e outros. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.3.4. Obrigações atuariais (nota 24)

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras podem ser distintos sobre variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.

3.3.5. Contabilização de contratos de concessão (nota 14)

Na contabilização de contratos de concessão, a Empresa efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Nesta avaliação, determina-se a forma de reconhecimento dos contratos, incluindo a taxa de desconto e as receitas de infraestrutura associadas.



Descriativo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativo Contratual de Transmissão - Circulante	109.108	306.754	115.572	313.218
Ativo Contratual de Transmissão - Não Circulante	3.121.079	2.708.502	3.194.880	2.782.199
Total	3.230.187	3.015.256	3.310.452	3.095.417

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, Furnas reconheceu um Ativo Contratual correspondente à remuneração pelo uso da infraestrutura e um Ativo Contratual indenizável correspondente ao valor devido pelo Poder Concedente.

14.1.1. Obrigações de desempenho

Furnas identificou duas obrigações de desempenho na atividade de transmissão, operação e construção. O reconhecimento da receita é mediante satisfação dessas obrigações e são refletidas no resultado da Empresa como Receita de Construção e de Operação e Manutenção.

O efeito no resultado do ativo contratual segue abaixo:

Resultado do Ativo Contratual	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Receita Financeira contratual	136.535	153.127	141.664	153.127
Receita de construção	288.920	311.997	290.823	317.223
Receita de operação e manutenção	255.776	181.801	261.461	187.079
Custo de construção	(255.195)	(278.994)	(257.101)	(278.994)
Total	426.036	367.931	436.847	378.435

14.1.2. Realização do ativo contratual

Ao longo da operação da concessão, o ativo contratual é realizado por dois fluxos de caixa: (i) pelo recebimento de RAP, para a parcela que será amortizada até o término da concessão, e (ii) mediante indenização após a reversão da infraestrutura não amortizada ao Poder Concedente.

Abaixo segue a estimativa da Empresa de realização desses componentes contratuais:

Resultado do Ativo Contratual	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativo Contratual - RAP	2.763.888	2.641.432	2.829.740	2.707.180
Ativo Contratual - Indenização	466.299	373.824	480.712	388.237
Total	3.230.187	3.015.256	3.310.452	3.095.417

14.2. Ativos de Transmissão – Lei nº 12.783/2013 (RBSE)

Com a adoção inicial do IFRS 09, o componente RBSE foi mensurado a valor justo por meio do resultado.

Ao longo dos exercícios de 2018 e 2019, a Administração identificou que a mensuração utilizando marcação a mercado com o índice NTN-B resultou em grande volatilidade no resultado, descolando da realidade econômica e financeira deste ativo, assim como do modelo de negócio o qual prevê a manutenção de recebimento dos fluxos de caixa do ativo.

Na mensuração inicial, o uso da NTN-B se justificou por ser uma taxa observável em contratos de empréstimo com a União, considerada como contraparte e por haver ausência do risco de demanda dos ativos financeiros de transmissão, bem como o ente governamental como garantidor final desses ativos. Apesar de haver a mitigação do risco de demanda desses ativos, o pagamento se faz substancialmente via usuários da Rede Básica de energia, ou seja Geradoras, Distribuidoras, Consumidores Livres e Potencialmente Livres e Comercializadoras.

14.3. Mutação do Ativo Contratual e RBSE

Movimentação	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Saldo em 31.12.2018				
Circulante	136.535	153.127	141.664	153.127
Não Circulante	288.920	311.997	290.823	317.223
Transferência	255.776	181.801	261.461	187.079
Circulante 2019	(255.195)	(278.994)	(257.101)	(278.994)
Ingressos				
Atualização Monetária			2.241.887	
Ajuste <i>Fair Value</i>			222.484	
Recebimento (RAP)			(3.279.655)	
Amortização			–	
Transferência			(143.823)	(66.701)
Não Circulante 2019	(181.256)	(191.475)	6.171	6.171
Saldo em 31.12.2019	13.867.481	13.867.481	2.560.921	560.158
	17.509.302		3.230.187	

Movimentação	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Saldo em 31.12.2018				
Circulante	136.535	153.127	141.664	153.127
Não Circulante	288.920	311.997	290.823	317.223
Transferência	255.776	181.801	261.461	187.079
Circulante 2019	(255.195)	(278.994)	(257.101)	(278.994)
Ingressos				
Atualização Monetária			2.241.887	
Ajuste <i>Fair Value</i>			222.484	
Recebimento (RAP)			(3.279.655)	
Amortização			–	
Baixas			(143.823)	(66.701)
Transferência			(181.256)	(191.475)
Não Circulante 2019	(181.256)	(191.475)	6.171	6.171
Saldo em 31.12.2019	13.867.481	13.867.481	2.560.921	560.158
	17.509.302		3.230.187	

(*) Em atendimento à Resolução Normativa 596/2013, Furnas protocolou junto à ANEEL, relatório contendo as informações necessárias para a valoração desses ativos e permanece no aguardo de manifestação dos órgãos reguladores para reconhecer os efeitos pertinentes aos respectivos investimentos realizados, uma vez que a Agência ainda não homologou tais valores.

NOTA 15 – OUTROS ATIVOS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a receber, dispostos como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Eletronuclear - Créditos Res. 1.585/2013 ANEEL (nota 15.1.1)	–	246.143	–	246.143
Outros:	306.886	147.865	307.256	148.162
Créditos com fornecedores	199.088	29.445	199.088	29.445
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – créditos com fornecedores (nota 15.2)	(46.366)	(25.274)	(46.366)	(25.274)
Desativações e alienações em curso	58.966	18.870	58.966	18.870
Serviços prestados a terceiros	86.230	115.120	86.230	115.120
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – serviços prestados a terceiros (nota 15.2 e 15.5)	(85.921)	(109.294)	(85.921)	(109.294)
Alienações de bens e direitos	2.431	–	2.431	–
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – alienações de bens e direitos (nota 15.2)	(2.431)	–	(2.431)	–
Alienação em curso	10.938	16.276	10.938	16.276
Dispêndios a reembolsar	3.637	9.470	3.637	9.470
Dispêndio a reembolsar em curso	234	9.089	234	9.089
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – dispêndios a reembolsar (nota 15.2)	(887)	(1.490)	(887)	(1.490)
Empregados	37.331	24.262	37.331	24.262
Empréstimos concedidos (nota 15.3)	84	338	84	338
Despesas pagas antecipadamente (nota 15.4)	33.683	53.912	33.683	53.912
Acordo de Leniência (nota 15.6)	5.520	5.520	5.520	5.520
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – acordo de leniência (nota 15.2)	(5.520)	–	(5.520)	–
Outros	9.869	1.621	10.239	1.918
Total Circulante	306.886	394.008	307.256	394.305
Outros créditos sujeitos a variação monetária	17.513	14.548	17.513	14.548
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – Outros créditos e Gamek (nota 15.2)	(17.483)	(14.548)	(17.483)	(14.548)
Bens e direitos destinados a alienação	14.836	14.846	14.836	14.846
Empréstimos concedidos	–	84	–	84
Concessões a licitar	3.862	3.862	3.862	3.862
Concessões licitadas	1.250	1.250	1.250	1.250
Títulos e valores mobiliários	–	–	18.468	–
Empresas de energia elétrica	473.929	465.465	473.929	465.465
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (notas 15.1.2, 15.1.3 e 15.2)	(471.233)	(462.819)	(471.233)	(462.819)
Acordo de Leniência (nota 15.6)	84.602	84.602	84.602	84.602
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – acordo de leniência (nota 15.2)	(84.602)	–	(84.602)	–
Total Não Circulante	22.674	107.290	41.142	107.290

Do saldo da rubrica de empresas de energia elétrica, existem, basicamente, as movimentações das seguintes empresas:

15.1.1. Eletronuclear

A movimentação do saldo da Eletronuclear na rubrica de empresas de energia elétrica, acima descrita, é demonstrada como segue:

Descritivo	Controladora e Consolidado		Total
	Circulante	Não circulante	
REH ANEEL nº 1.585/2013 (a)			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	246.143	–	246.143
Atualização monetária	7.856	–	7.856
Juros	11.233	–	11.233
Transferência - Renegociação de dívida com a Eletronuclear	(265.232)	–	(265.232)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	–	–	–

(a) O valor a ser recebido da Eletronuclear correspondente à diferença da tarifa cobrada pela Eletronuclear em relação à tarifa definitiva homologada pela ANEEL. Este valor foi renegociado em outubro de 2019, vide nota 8.

15.1.2. Companhia de Interconexão Energética (CIEN)

Diante das incertezas quanto à realização dos créditos, Furnas constituiu perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores registrados no total de R\$ 134.284 no período findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 134.284 em 31.12.2018), classificados na rubrica de empresas de energia elétrica.

15.1.3. Contas a receber CHESF

O valor registrado de R\$ 30.096 se refere a créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da CHESF nas operações de setembro de 2000 a setembro de 2002 no Mercado Atacadista de Energia (MAE). Ressalta-se há constituição de provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa deste montante.

15.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A movimentação na PECLD para as rubricas deste grupamento de contas é a seguinte:

Descritivo	Controladora e Consolidado		Total
	Circulante	Não Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(136.058)	(477.367)	–
Reversão	–	–	–
(Constituição)	(4.977)	(95.951)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(141.035)	(573.318)	–

15.3. Empréstimos e financiamentos concedidos

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Programa Reluz – Prefeitura de Anápolis	84	422	84	422
Total	84	422	84	422
Circulante	84	338	84	338
Não Circulante	–	84	–	84

Entretanto, ao observar o descolamento da taxa NTN-B e o valor mensurado deste ativo, foi identificada a necessidade de adequação na mensuração do valor justo que reflete pela taxa de desconto considerada. Desta forma, a Companhia passou a considerar uma taxa de desconto próxima a regulatória para a mensuração do ativo (WACC).

No exercício de 2019, a RBSE foi atualizada pela taxa de 6,64%. O contas a receber apresentou a seguinte movimentação:

Movimentação	Controladora e Consolidado		Total
	RBSE (incontroverso)	Ke (controverso)	
Saldo em 01/01/2018	17.988.753	2.061.064	20.049.817
Amortização – Recebimentos (caixa) no exercício	(3.401.741)	–	(3.401.741)
Ajuste a <i>Fair Value</i>	1.505.068	171.442	1.676.510
Saldo em 31/12/2018	16.092.080	2.232.506	18.324.586
Ativo Circulante	3.460.565	–	3.460.565
Ativo Não Circulante	12.631.515	2.232.506	14.864.021
Saldo em 01/01/2019	16.092.080	2.232.506	18.324.586
Atualização Monetária	1.658.213	583.674	2.241.887
Ajuste <i>Fair Value</i>	(918.892)	1.141.376	222.484
Recebimento (RAP)	(3.279.655)	–	(3.279.655)
Saldo em 31/12/2019	13.551.746	3.957.556	17.509.302
Ativo Circulante	3.641.821	–	3.641.821
Ativo Não Circulante	9.909.925	3.957.556	13.867.481

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, por meio da ReH 2.258/2017, homologou as RAP para o período de 2017/2018, incluindo os valores relativos aos ativos atingidos pelo Lei nº 12.738/2013, em consonância com o estabelecido na Portaria 120/2016 do MME. A referida Resolução Homologatória levou em consideração a decisão liminar emitida no âmbito do Processo Judicial nº 001052482017.4.01.3400/DF – 5ª Vara Federal – que deferiu em favor da ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia, ABIVIDRO – Associação Brasileira das Indústrias de Vidro e ABRAFE - Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e Silício Metálico, pedido de tutela provisória de urgência para determinar que a “ANEEL exclua a parcela dita de “remuneração” da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização.”

As ações liminares foram ajuizadas em face da União e ANEEL, no entanto, a ABRATE – Associação Brasileira dos Transmissores de Energia Elétrica, da qual Furnas faz parte, vem solicitando seu ingresso nas ações judiciais como terceiro interessado. Os escritórios de advocacia ASBZ Advogados e Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia foram contratados pela Associação para defender seus interesses.

Em novembro de 2019, a decisão liminar acima relatada que excluía a parcela da remuneração foi cassada. Em que pese as decisões de primeira instância, verificamos a interposição dos recursos cabíveis e a remessa obrigatória à segunda instância, sendo certo que estão pendentes de decisão pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Movimentação	Controladora		Ativos financeiros de geração		Total
	RBSE (CT nº 062/2001)	Demais contratos de transmissão	Modernização de usina (*)	UHE Prorrogadas	
Saldo em 31.12.2018	18.324.586	3.015.256	1.280.320	–	22.620.162
Circulante	3.460.565	275.741	–	–	3.767.319
Não Circulante	14.864.021	2.120.989	995.718	284.602	18.852.843
Transferência	181.256	(191.475)	–	–	(16.390)
Circulante 2019	3.641.821	84.266	–	–	3.750.929
Ingressos	–	288.920	–	49.354	338.274
Atualização Monetária	–	103.360	–	–	2.378.422
Ajuste <i>Fair Value</i>	–	–	–	–	222.484
Recebimento (RAP)	(3.279.655)	–	–	–	(3.279.655)
Amortização	–	(143.823)	–	–	(210.524)
Transferência	(181.256)	191.475	–	–	16.390
Não Circulante 2019	13.867.481	2.560.921	995.718	333.956	18.318.234
Saldo em 31.12.2019	17.509.302	3.230.187	1.329.674	–	22.069.163

Movimentação	Consolidado		Ativos financeiros de geração		Total
	RBSE (CT nº 062/2001)	Demais contratos de transmissão	Modernização de usina (*)	UHE Prorrogadas	
Saldo em 31.12.2018	18.324.586	3.095.417	1.280.320	–	22.700.323
Circulante	3.460.565	275.741	–	–	3.737.783
Não Circulante	14.864.021	2.120.989	995.718	284.602	18.926.540
Transferência	181.256	(191.475)	–	–	(16.390)
Circulante 2019	3.641.821	84.266	–	–	3.757.393
Ingressos	–	290.823	–	49.354	340.177
Atualização Monetária	–	103.360	–	–	2.383.551
Ajuste <i>Fair Value</i>	–	–	–	–	222.484
Recebimento (RAP)	(3.279.655)	–	–	–	(3.279.655)
Amortização	–	(143.823)	–	–	(217.215)
Baixas	–	(237)	–	–	(237)
Transferência	(181.256)	191.475	–	–	16.390
Não Circulante 2019	13.867.481	2.562.587	995.718	333.956	18.392.035
Saldo em 31.12.2019	17.509.302	3.310.452	1.329.674	–	22.149.428

(*) Refere-se a saldo do custo da operação de cessão de crédito com o banco Santander, no montante original de R\$ 145.345, que estava sendo apropriado mensalmente ao resultado pelo período de 60 meses, conforme a vigência do contrato de cessão.

15.4. Despesas pagas antecipadamente

Descritivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2018	Baixas	Equivalência Patrimonial	Saldo Controladora em 31.12.2019	Adições / Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2019
Passivo a Descoberto							
Brasil Ventos S.A.	100,00	(16.875)	33.225	(16.350)	-	-	-
Total de Passivo a Descoberto		(16.875)	33.225	(16.350)	-	-	-



De acordo com as orientações dispostas no CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, segue quadro resumo com as informações das principais investidas de FURNAS e uma coluna com o total das demais investidas:

(a) Saldo composto, principalmente, pelos valores registrados nas seguintes investidas: São Manoel (R\$ 3.366.191), Mata de Santa Genebra (R\$ 2.544.168) e Paranaíba (R\$ 1.871.284).

Descriptivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
EM SERVIÇO				
Custo				
Direito de uso - IFRS16	133.659	—	133.659	—
Terrenos	611.439	611.515	611.439	611.515
Reservatórios, barragens e adutoras	4.529.628	4.514.631	4.529.628	4.514.631
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.338.035	1.334.165	1.338.035	1.334.165
Máquinas e equipamentos	3.660.724	3.420.107	3.660.777	3.420.159
Veículos	53.203	55.739	53.203	55.739
Móveis e utensílios	25.879	25.532	26.457	26.093
Subtotal	10.352.567	9.961.689	10.353.198	9.962.302
Depreciação				
Direito de uso - IFRS16	(2.811)	—	(2.811)	—
Reservatórios, barragens e adutoras	(1.533.567)	(1.442.468)	(1.533.567)	(1.442.468)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(806.027)	(766.901)	(806.027)	(766.901)
Máquinas e equipamentos	(1.515.589)	(1.411.847)	(1.515.611)	(1.411.860)
Veículos	(46.359)	(44.863)	(46.359)	(44.863)
Móveis e utensílios	(21.624)	(20.896)	(21.808)	(21.053)
Subtotal	(3.925.977)	(3.686.975)	(3.926.183)	(3.687.145)
TOTAL EM SERVIÇO	6.426.590	6.274.714	6.427.015	6.275.157
EM CURSO				
Terrenos	3.802	3.772	4.436	4.406
Barragens, reservatórios e adutoras	116.600	93.542	116.600	93.542
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.524	25.085	34.396	25.085
Máquinas e equipamentos	357.088	175.519	372.986	191.319
Veículos	1.351	1.342	1.351	1.342
Móveis e Utensílios	10	10	12	10
A ratear	9.607	2.388	9.605	2.346
Estudos e Projetos	5.094	4.398	5.094	4.398
Transformação, fabricação e reparo de materiais	948	937	948	937
Compras em andamento	3.006	3.006	3.006	3.006
Material em depósito	63.680	67.185	67.567	67.185
Adiantamento a fornecedores	305	305	305	107.932
Licenças Ambientais	—	—	11.350	—
Serviços de Terceiros	—	—	535.857	5.617
Seguros	—	—	823	354
TOTAL EM CURSO	596.015	377.489	1.164.336	507.479
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.014.458)	(1.327.142)	(1.015.118)	(1.327.802)
(-) Obrigações vinculadas a concessões	(308.616)	(112.540)	(308.616)	(112.540)
IMOBILIZADO LÍQUIDO - TOTAL	5.699.531	5.212.521	6.267.617	5.342.294

redução das perdas estimadas, estimadas da ordem de 11,15%

Demissão Consensual – PDC mais o impacto da redução da taxa de desconto.

Procedeu a atualização das provisões estimadas conforme demonstrativo abaixo:

Para o segmento de geração:

	Controladora		
Descritivo	31.12.2018	(Constituição)/Reversão	31.12.2019
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	–	(16.565)
UTE Santa Cruz	(731.988)	113.419	(618.569)
UHE Batalha	(488.112)	111.432	(376.680)
UHE Simplicio	(87.833)	87.833	–
Total	(1.324.498)	312.684	(1.011.814)

Consolidado			
Descritivo	31.12.2018	(Constituição)/Reversão	31.12.2019
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	–	(16.565)
UTE Santa Cruz	(731.988)	113.419	(618.569)
UHE Batalha	(488.112)	111.432	(376.680)
UHE Simplicio	(87.833)	87.833	–
SPE BrasilVentos	(660)	–	(660)
Total	(1.325.158)	312.684	(1.012.474)

17.5. Movimentação do ativo imobilizado

Controladora					
Descritivo	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2019
Serviço					
Custo					
Direito de uso - IFRS16	–	133.659	–	–	133.659
Terrenos	611.515	–	(76)	–	611.439
Barragens, reservatórios e adutoras	4.514.631	–	–	14.997	4.529.628
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.334.165	–	–	3.870	1.338.035
Máquinas e equipamentos	3.420.107	196.076	(3.020)	47.561	3.660.724
Veículos	55.739	–	(3.007)	471	53.203
Móveis e utensílios	25.532	–	(93)	440	25.879
Subtotal	9.961.689	329.735	(6.196)	67.339	10.352.567
Depreciação					
Direito de uso - IFRS16	–	(2.811)	–	–	(2.811)
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.442.468)	(91.099)	–	–	(1.533.567)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(766.901)	(39.126)	–	–	(806.027)
Máquinas e equipamentos	(1.411.847)	(105.991)	2.231	18	(1.515.589)
Veículos	(44.863)	(4.641)	3.007	138	(46.359)
Móveis e utensílios	(20.896)	(805)	79	(2)	(21.624)
Subtotal	(3.686.975)	(244.473)	5.317	154	(3.925.977)
Total em Serviço	6.274.714	85.262	(879)	67.493	6.426.590
Em Curso					
Terrenos	3.772	30	–	–	3.802
Barragens, reservatórios e adutoras	93.542	38.055	–	(14.997)	116.600
Edificações, obras civis e benfeitorias	25.085	13.309	–	(3.870)	34.524
Máquinas e equipamentos	175.519	236.123	–	(54.554)	357.088
Veículos	1.342	2.129	–	(2.120)	1.351
Móveis e utensílios	10	354	–	(354)	10
A ratear	2.388	259	–	6.960	9.607
Estudos e Projetos	4.398	696	–	–	5.094
Transformação, fabricação e reparo de materiais	937	11	–	–	948
Compras em andamento	3.006	–	–	–	3.006
Material em depósito	67.185	(3.505)	–	–	63.680
Adiantamento a fornecedores	305	–	–	–	305
Total em Curso	377.489	287.461	–	(68.935)	596.015
(–) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.327.142)	–	312.684	–	(1.014.458)
(–) Obrigações vinculadas à concessão	(112.540)	(196.076)	–	–	(308.616)
Imobilizado Líquido - Total	5.212.521	176.647	311.805	(1.442)	5.699.531

Consolidado					
Descritivo	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2019
Serviço					
Custo					
Direito de uso - IFRS16	–	133.659	–	–	133.659
Terrenos	611.515	–	(76)	–	611.439
Barragens, reservatórios e adutoras	4.514.631	–	–	14.997	4.529.628
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.334.165	–	–	3.870	1.338.035
Máquinas e equipamentos	3.420.159	196.076	(3.020)	47.562	3.660.777
Veículos	55.739	–	(3.007)	471	53.203
Móveis e utensílios	26.093	–	(93)	457	26.457
Subtotal	9.962.302	329.735	(6.196)	67.357	10.353.198
Depreciação					
Direito de uso - IFRS16	–	(2.811)	–	–	(2.811)
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.442.468)	(91.099)	–	–	(1.533.567)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(766.901)	(39.126)	–	–	(806.027)
Máquinas e equipamentos	(1.411.860)	(106.000)	2.231	18	(1.515.611)
Veículos	(44.863)	(4.641)	3.007	138	(46.359)
Móveis e utensílios	(21.053)	(832)	79	(2)	(21.808)
Subtotal	(3.687.145)	(244.509)	5.317	154	(3.926.183)
Total em Serviço	6.275.157	85.226	(879)	67.511	6.427.015
Em Curso					
Terrenos	4.406	30	–	–	4.436
Barragens, reservatórios e adutoras	93.542	38.055	–	(14.997)	116.600
Edificações, obras civis e benfeitorias	25.085	13.181	–	(3.870)	34.396
Máquinas e equipamentos	191.319	236.237	–	(54.570)	372.986
Veículos	1.342	2.129	–	(2.120)	1.351
Móveis e utensílios	10	356	–	(354)	12
A ratear	2.346	301	–	6.958	9.605
Estudos e Projetos	4.398	696	–	–	5.094
Transformação, fabricação e reparo de materiais	937	11	–	–	948
Compras em andamento	3.006	–	–	–	3.006
Material em depósito	67.185	382	–	–	67.567
Adiantamento a fornecedores	107.932	–	–	(107.627)	305
Licenças Ambientais	–	5.733	–	5.617	11.350
Serviços de Terceiros	5.617	428.230	–	102.010	535.857
Seguros	354	469	–	–	823
Total em Curso	507.479	725.810	–	(68.953)	1.164.336
(–) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.327.802)	–	312.684	–	(1.015.118)
(–) Obrigações vinculadas à concessão	(112.540)	(196.076)	–	–	(308.616)
Imobilizado Líquido - Total	5.342.294	614.960	311.805	(1.442)	6.267.617

Controladora					
Descritivo	Saldo em 01.01.2018	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2018
Serviço					
Custo					
Terrenos	612.018	–	–	(503)	611.515
Barragens, reservatórios e adutoras	4.505.210	–	–	9.421	4.514.631
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.329.200	–	(61)	5.026	1.334.165
Máquinas e equipamentos	3.181.078	–	(2.508)	241.537	3.420.107
Veículos	53.791	–	(1.902)	3.850	55.739
Móveis e utensílios	25.178	–	(98)	452	25.532
Subtotal	9.706.475	–	(4.569)	259.783	9.961.689
Depreciação					
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.351.816)	(90.652)	–	–	(1.442.468)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(728.522)	(38.440)	61	–	(766.901)
Máquinas e equipamentos	(1.316.906)	(97.525)	2.429	155	(1.411.847)
Veículos	(41.789)	(4.976)	1.902	–	(44.863)
Móveis e utensílios	(20.164)	(819)	92	(5)	(20.896)
Subtotal	(3.459.197)	(232.412)	4.484	150	(3.686.975)
Total em Serviço	6.247.278	(232.412)	(85)	259.933	6.274.714
Em Curso					
Terrenos	3.248	22	–	502	3.772
Barragens, reservatórios e adutoras	71.808	31.154	–	(9.420)	93.542
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.332	19.809	–	(5.056)	25.085
Máquinas e equipamentos	259.551	157.618	–	(241.650)	175.519
Veículos	1.326	3.932	–	(3.916)	1.342
Móveis e utensílios	10	174	–	(174)	10
A ratear	(2.491)	4.879	–	–	2.388
Estudos e Projetos	4.315	83	–	–	4.398
Transformação, fabricação e reparo de materiais	936	1	–	–	937
Compras em andamento	3.006	–	–	–	3.006
Material em depósito	61.146	6.039	–	–	67.185
Adiantamento a fornecedores	305	–	–	–	305
Total em Curso	413.492	223.711	–	(259.714)	377.489
(–) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.377.553)	(48.754)	99.165	–	(1.327.142)
(–) Obrigações vinculadas à concessão	(112.540)	–	–	–	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total	5.170.677	(57.455)	99.080	219	5.212.521

Consolidado					
Descritivo	Saldo em 01.01.2018	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2018
Serviço					
Custo					
Terrenos	612.018	–	–	(503)	611.515
Barragens, reservatórios e adutoras	4.505.210	–	–	9.421	4.514.631
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.329.200	–	(61)	5.026	1.334.165
Máquinas e equipamentos	3.181.145	–	(2.575)	241.589	3.420.159
Veículos	53.791	–	(1.902)	3.850	55.739
Móveis e utensílios	25.309	301	(98)	478	26.093
Subtotal	9.706.673	301	(4.636)	259.861	9.962.302
Depreciação					
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.351.816)	(90.652)	–	–	(1.442.468)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(728.522)	(38.440)	61	–	(766.901)
Máquinas e equipamentos	(1.316.973)	(97.538)	2.496	155	(1.411.860)
Veículos	(41.789)	(4.976)	1.902	–	(44.863)
Móveis e utensílios	(20.199)	(839)	89	(5)	(21.053)
Subtotal	(3.459.299)	(232.445)	4.548	150	(3.687.145)
Total em Serviço	6.247.374	(232.144)	(88)	260.011	6.275.157
Em Curso					
Terrenos	3.881	23	–	502	4.406
Barragens, reservatórios e adutoras	71.808	31.154	–	(9.420)	93.542
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.332	19.809	–	(5.056)	25.085
Máquinas e equipamentos	260.744	157.891	–	(241.702)	191.319
Veículos	1.326	3.932	–	(3.916)	1.342
Móveis e utensílios	36	174	–	(200)	10
A ratear	1.544	4.879	–	(42)	2.346
Estudos e Projetos	4.315	83	–	–	4.398
Transformação, fabricação e reparo de materiais	936	1	–	–	937
Compras em andamento	3.006	–	–	–	3.006
Material em depósito	61.214	6.039	–	(68)	67.185
Adiantamento a fornecedores	940	97.929	–	–	107.932
Serviços de Terceiros	1.389	4.228	–	–	5.617
Seguros	–	27	–	–	354
Total em Curso	421.471	326.169	–	(259.902)	19.741
(–) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.383.052)	(51.656)	107.342	–	(1.327.802)
(–) Obrigações vinculadas à concessão	(112.540)	–	–	–	(112.540)
Imobilizado Líquido - Total	5.173.253	42.369	107.254	109	19.309
					5.342.294

NOTA 18 – INTANGÍVEL

	Controladora					
Descritivo	Saldo em 31.12.2018	Adição	Baixa	Amorti- zação	Transferência	Saldo em 31.12.2019
Vinculados à concessão – Geração						
Em serviço						
Custo	11.396	–	–	–	33	11.429
Uso do Bem Público	38.538	–	–	–	–	38.538
GSF	123.751	–	–	–	–	123.751
Amortização	(1.077)	–	–	(169)	–	(1.246)
Amortização - UBP	(7.442)	–	–	(1.377)	–	(8.819)
Amortização - GSF	(42.416)	–	–	(a) (14.139)	–	(56.555)
	122.750	–	–	(15.685)	33	107.098
Em curso						
Custo	1.876	2.086	–	–	(33)	3.929
	1.876	2.086	–	–	(33)	3.929
Total vinculados à concessão – Geração	124.626	2.086	–	(15.685)	–	111.027
Vinculados à concessão – Transmissão						
Em serviço						
Custo	760	–	–	–	30	790
Amortização	1	–	–	–	–	1
	761	–	–	–	30	791
Em curso						
Custo	1.301	30	–	–	(30)	1.301
	1.301	30	–	–	(30)	1.301
Total vinculados à concessão – Transmissão	2.062	30	–	–	–	2.092
Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis						
Em serviço						
Custo	179.931	–	–	–	5.834	185.765
Amortização	(127.144)	–	–	(14.872)	–	(142.016)
	52.787	–	–	(14.872)	5.834	43.749
Em curso						
Custo	8.368	3.992	–	–	(5.834)	6.526
	8.368	3.992	–	–	(5.834)	6.526
Total vinculados à concessão – Outros intangíveis	61.155	3.992	–	(14.872)	–	50.275
Total	187.843	6.108	–	(30.557)	–	163.394

NOTA 20 – FINANCIAMENTOS, EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

20.1. Composição do endividamento – controladora e consolidado

				Controladora							
				31.12.2019				31.12.2018			
				Principal				Principal			
Contraparte	Moeda/Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Estrangeira											
Instituições financeiras											
BID	US\$	15.12.2031	Taxa flutuante base US\$ x Libor	469	30.428	334.706	365.603	570	29.251	351.011	380.832
Subtotal				469	30.428	334.706	365.603	570	29.251	351.011	380.832
Subtotal Moeda Estrangeira				469	30.428	334.706	365.603	570	29.251	351.011	380.832
Moeda Nacional											
Eletrobras											
Eletrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm.	–	403.916	1.736.593	2.140.509	14.192	399.088	2.077.386	2.490.666
Eletrobras	Não indexado	2014 a 2020	5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a.	–	85	–	85	9	1.477	84	1.570
Eletrobras	Selic	30.07.2021	Selic	–	2.296	1.340	3.636	32	2.488	3.636	6.156
Eletrobras	CDI	30.10.2023	119,5% CDI	–	82.124	232.685	314.809	3.037	97.813	346.108	446.958
Subtotal				–	488.421	1.970.618	2.459.039	17.270	500.866	2.427.214	2.945.350
Instituições Financeiras											
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	1.363	68.762	383.921	454.046	1.541	68.551	451.298	521.390
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 2,18% a.a.	79	3.834	21.406	25.319	88	3.822	25.164	29.074
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	351	17.054	85.271	102.676	400	17.002	102.012	119.414
BNDES	TJLP	15.06.2029	TJLP + 2.45 e 2,85% a.a.	574	18.375	156.186	175.135	613	18.182	172.731	191.526
Banco do Brasil (Aditivo)	CDI	01.10.2023	107,3% e 132% CDI	12.122	41.667	708.333	762.122	9.812	–	750.000	759.812
Banco do Brasil (Aditivo)	CDI	28.12.2020	110% CDI	25	104.156	–	104.181	67	104.156	104.156	208.379
Banco do Brasil	CDI	06.12.2023	115% CDI	7.488	50.000	150.000	207.488	10.219	50.000	200.000	260.219
Banco do Brasil	CDI	20.12.2020	CDI + 2,5% a.a.	12	42.500	–	42.512	29	42.500	42.500	85.029
CEF	CDI	27.07.2020	111% CDI	1.381	53.190	–	54.571	3.184	53.190	53.190	109.564
CEF	CDI	03.08.2020	111% CDI	2.455	100.000	–	102.455	5.705	100.000	100.000	205.705
CEF	CDI	15.10.2020	111% CDI	244	21.642	–	21.886	619	21.642	21.643	43.904
CEF	CDI	26.10.2020	111% CDI	274	28.494	–	28.768	705	28.494	28.494	57.693
CEF	CDI	16.05.2023	113,7% CDI	27.180	166.667	500.000	693.847	37.400	166.667	666.666	870.733
CEF	CDI	15.07.2019	140% CDI	–	–	–	–	1.243	400.000	–	401.243
CEF	CDI	15.12.2022	141% CDI	1.278	176.667	353.333	531.278	1.658	–	530.000	531.658
CEF – Finame	TJLP	17.01.2022	2,5% a.a. + TJLP	2	285	310	597	3	284	594	881
CEF – Finame	Não indexado	17.01.2022	8,7% a.a.	7	963	1.042	2.012	10	963	2.004	2.977
Finep Sub A	Não indexado	15.11.2023	3,5% a.a.	58	9.635	28.101	37.794	72	9.635	37.735	47.442
Finep Sub B	TJLP	15.11.2023	5% a.a. + TJLP	97	13.938	40.653	54.688	134	13.896	54.426	68.456
Finep 2019	TJLP	15.05.2029	5% a.a. + TJLP	3	–	1.138	1.141	–	–	–	–
BASA (Aditivo)	CDI	30.04.2019	102,89% CDI	–	–	–	–	635	50.000	–	50.635
ABC do Brasil (2º Aditivo)	CDI	16.12.2019	CDI + 1,6% a.a.	–	–	–	–	46	30.000	–	30.046
Santander	CDI	26.05.2021	CDI + 2,5% a.a.	40	53.550	22.800	76.390	84	48.060	76.350	124.494
BBM	CDI	26.05.2021	CDI + 2,5% a.a.	27	35.700	15.200	50.927	56	32.040	50.900	82.996
Subtotal				55.060	1.007.079	2.467.694	3.529.833	74.323	1.259.084	3.469.863	4.803.270
Outros											
State Grid	Não indexado	28.07.2029	10% a.a.	–	45.590	379.982	425.572	–	–	386.371	386.371
Cessão de Crédito – Santander (a)	IPCA	20.12.2019	(a)	–	–	–	–	–	189.649	–	189.649
FIDC Imperium (b)	CDI	28.12.2024	(b)	111	–	600.000	600.111	–	–	–	–
Subtotal				111	45.590	979.982	1.025.683	–	189.649	386.371	576.020
Subtotal Moeda Nacional				55.171	1.541.090	5.418.294	7.014.555	91.593	1.949.599	6.283.448	8.324.640
Total				55.640	1.571.518	5.753.000	7.380.158	92.163	1.978.850	6.634.459	8.705.472

20.3. Mutação dos financiamentos e empréstimos

Descritivo	Controladora				
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.651.971	7.187.039	53.755	324.638	10.217.403
Ingressos	–	8.498	–	–	8.498
Encargos	658.020	–	13.131	–	671.151
Variação monetária e cambial	–	100.383	–	61.454	161.837
Transferências para o circulante	1.048.062	(1.048.062)	35.081	(35.081)	–
Capitalização de juros	–	35.590	–	–	35.590
Amortizações	(2.316.861)	–	(72.146)	–	(2.389.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.041.192	6.283.448	29.821	351.011	8.705.472
Ingressos	47.645	608.683	–	–	656.328
Encargos	546.704	–	12.945	–	559.649
Variação monetária e cambial	–	92.104	–	15.131	107.235
Transferências para o circulante	1.605.141	(1.605.141)	31.436	(31.436)	–
Capitalização de juros	–	39.200	–	–	39.200
Amortizações - principal	(1.977.898)	–	(30.259)	–	(2.008.157)
Amortizações - encargos	(630.771)	–	(13.046)	–	(643.817)
Amortizações - dação em pagamento	(35.752)	–	–	–	(35.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.596.261	5.418.294	30.897	334.706	7.380.158

Descritivo	Consolidado				
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.651.971	7.187.039	53.755	324.638	10.217.403
Ingressos	–	8.498	–	–	8.498
Encargos	658.020	–	13.131	–	671.151
Variação monetária e cambial	–	100.383	–	61.454	161.837
Transferências para o circulante	1.048.062	(1.048.062)	35.081	(35.081)	–
Capitalização de juros	–	35.590	–	–	35.590
Amortizações	(2.316.861)	–	(72.146)	–	(2.389.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.041.192	6.283.448	29.821	351.011	8.705.472
Ingressos	47.645	945.305	–	–	992.950
Encargos	548.977	–	12.945	–	561.922
Variação monetária e cambial	–	92.104	–	15.131	107.235
Transferências para o circulante	1.605.141	(1.605.141)	31.436	(31.436)	–
Capitalização de juros	–	39.200	–	–	39.200
Amortizações - principal	(1.977.898)	–	(30.259)	–	(2.008.157)
Amortizações - encargos	(630.771)	–	(13.046)	–	(643.817)
Amortizações - dação em pagamento	(35.752)	–	–	–	(35.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.598.534	5.754.916	30.897	334.706	7.719.053

As principais variações ocorridas no exercício de 2019, na mutação dos financiamentos e empréstimos, estão compostas como segue:

- a) Ingressos (moeda nacional): acréscimos nos valores de R\$ 600.000, referentes à estruturação do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Imperium CCEAR junto ao Banco BTG Pactual (nota 20.7 – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC) e de R\$ 336.622 referentes à liberação de empréstimo realizado pela controlada Brasil Ventos Energia S.A. com o Banco do Nordeste do Brasil, com vencimento em 15/11/2038, além do acréscimo ao saldo devedor da Cessão de Crédito com o Banco Santander no valor de R\$ 6.246 referente ao reajuste IPCA, aplicado no mês de maio (nota 20.6 – Cessão de Crédito);
- b) Amortizações (moeda nacional): do valor total amortizado de R\$ 2.644.421: 1) R\$ 630.771 referem-se à pagamento de encargos; 2) R\$ 1.977.898 à amortização de principal da dívida com BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, FINER, BID e Eletrobras; e 3) R\$ 35.752 à amortização de débitos decorrentes de empréstimos junto à Eletrobras (nota 20.4 – Dação em pagamento).

20.4. Dação em pagamento

Furnas celebrou, em 13 de dezembro de 2017, Instrumento Particular de Dação em Pagamento com a Eletrobras a fim de solver ou amortizar os débitos decorrentes de contratos de empréstimos celebrados entre as mesmas, mediante transferência das ações ordinárias e preferenciais de emissão das sociedades de propósito específico (SPE).

Em 21 de agosto de 2018, foi assinado o Termo de Transferência de Ações e Quitação/ Amortização na qual foram transferidas, em caráter irrevogável e irretratável, as ações de 08 (oito) SPE's no valor total de R\$ 181.924, o que permitiu a quitação dos seguintes contratos de empréstimos:

- a) Contrato ECF 3299 – quitação integral no valor de R\$ 97.475 em 22 de agosto de 2018.
- b) Contrato ECR 285 – quitação parcial no valor de R\$ 84.449 nas seguintes datas: 22 de agosto de 2018 (R\$ 15.000), 27 de agosto de 2018 (R\$ 51.937) e 31 de agosto de 2018 (R\$ 17.512).

Em 31 de maio de 2019, a Eletrobras alienou as ações das seguintes SPE's: Companhia Transirapé de Transmissão, no valor de R\$ 36.010, Companhia Transleste de Transmissão, no valor de R\$ 27.033 e Companhia Transudeste de Transmissão, no valor de R\$ 17.833.

Em 23 de agosto de 2019, a Eletrobras alienou as ações das seguintes SPE's: Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A., no valor de R\$ 34.447, Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., no valor de R\$ 27.349 e Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A., no valor de R\$ 23.685.

Os valores de venda apresentaram valorização de R\$ 39.474 (R\$ 36.482 de *valuation* e R\$ 2.992 de atualização monetária) com relação aos praticados em 2018 e, de acordo com Instrumento Particular de Dação em Pagamento celebrado em 13/12/2017, foram repassados a Furnas que utilizou o referido montante para quitação parcial do contrato de empréstimo ECR 285. Em novembro, essa valorização sofreu ajuste de R\$ 3.722, passando ao valor de R\$ 35.752 (R\$ 32.760 de *valuation* e R\$ 2.992 de atualização monetária).

20.5. Mútuo entre Furnas e State Grid Brazil Holding

Furnas celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa SGBH, cujo objeto é a concessão de recursos a Furnas na importância total de até R\$ 294.700, liberado em parcelas, mediante solicitações, ao longo da implantação da Linha de Transmissão, que está sob a responsabilidade da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., cujos sócios são: SGBH (51%), Fumas (24,5%) e Eletronorte (24,5%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreu a última liberação desses recursos em um total de 14 (quatorze) desembolsos iniciados em 2015. A partir de 28 de janeiro de 2020 começam as amortizações em 20 (vinte) parcelas semestrais, com liquidação total prevista para julho/2029 e índice de atualização de 10% ao ano. O saldo em 31 de dezembro de 2019 monta R\$ 425.572.

20.6. Cessão de créditos

Furnas firmou contrato de cessão de créditos com o Banco Santander (Brasil) S/A em 14 de janeiro de 2015, no montante de R\$ 750.000 de valor de face total futuro, cujo objeto corresponde à antecipação de recursos provenientes de vendas e direitos relativos ao 13º Leilão de Energia Existente (A-O) de abril de 2014, conforme possibilidade prevista no item 15.5 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs, assinados com as seguintes empresas distribuidoras:

- Cia. Paulista de Força e Luz – CCEAR nº 14.196/14, celebrado em 22/05/2014, no valor de R\$ 139.959;
- Cia. Piratininga de Força e Luz – CCEAR nº 14.197/14, celebrado em 22/05/2014, no valor de R\$ 87.324;
- Elektro Eletricidade e Serviços S/A – CCEAR nº 14.200/14, celebrado em 22/05/2014, no valor de R\$ 404.610; e
- Ampla Energia e Serviços S/A – CCEAR nº 14.173/14, celebrado em 22/05/2014, no valor de R\$ 118.107.

Esta cessão não estabelece direito de regresso por parte do cessionário.

O valor creditado na conta corrente de Furnas foi de R\$ 145.345, líquido (equivalente ao Custo de *Hedge*), que foi pago integralmente e registrado como despesa antecipada, no ativo não circulante, e diferido mensalmente ao resultado durante a vigência do contrato, que é de 60 meses (nota 15.4 – Despesas pagas antecipadamente).

Os créditos cedidos incluem também o reajuste do IPCA aplicado aos CCEARs no mês de maio de cada ano.

Este contrato de cessão de crédito encerrou em 20 de dezembro de 2019.

20.7. Fundo de investimentos em direitos creditórios (FIDC)

Em 1º de fevereiro de 2019, Furnas firmou contrato de cessão de direitos creditórios com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Imperium CCEAR, administrado pelo banco BTG Pactual S.A DTVM, no montante de R\$ 600.000. O objeto do contrato corresponde à antecipação de recursos provenientes de vendas e direitos relativos ao 1º Leilão ANEEL de 16 de dezembro de 2005 de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs, celebrados com diversas empresas distribuidoras devedoras. A finalidade do referido Fundo foi a quitação integral dos valores devidos à Caixa Econômica Federal (CEF) através do Contrato nº 0469.870-42.

20.8. Debêntures

20.8.1. Composição das Debêntures

Emissora	Data de Emissão	Principais Características	Série	Taxa de Juros	Vencimento	31.12.2019	31.12.2018
Emitidas pela Controladora	11/2019	Primeira emissão de debêntures simples em 2 (duas) séries, da espécie quirografária, não conversíveis em ações.	Série 1	Até 117,6% do CDI	15/11/2024	450.543	–

Furnas emitiu a 1ª oferta de debêntures, em duas séries, de debêntures simples da espécie quirografária, não conversíveis em ações. Essas debêntures foram emitidas em 20 de dezembro de 2019.

20.8.2. Movimentação das Debêntures

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31.12.2018	–	–	–	–
Captação	–	450.000	–	450.000
Encargos	543	–	543	–
Amortização	–	–	–	–
Transferências	–	–	–	–
Saldo em 31.12.2019	543	450.000	543	450.000

20.9. Cláusulas contratuais restritivas (Covenants)

Os contratos de financiamentos e empréstimos possuem cláusulas que estipulam a comprovação da utilização dos recursos liberados a cada desembolso, em consonância com a sua finalidade específica. O descumprimento dessa obrigação inibe novas liberações e poderá implicar na declaração de vencimento antecipado das dívidas e, consequente, rescisão do contrato. Ressalta-se que não houve infração da Empresa em relação a essas cláusulas.

A Empresa possui em seus contratos de financiamentos cláusulas restritivas (*covenants* financeiros), conforme abaixo:

Instituição Financeira	Nº do Contrato	Saldo Devedor	Condições Restritivas	Condição Atendida
Caixa Econômica Federal	19.0206.763.0000005/04	21.886	LAJIDA suficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
Caixa Econômica Federal	19.0206.763.0000006/95	28.768	LAJIDA suficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
Caixa Econômica Federal	19.0206.763.0000004/23	102.455	LAJIDA suficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
Caixa Econômica Federal	19.0206.763.0000003/42	54.571	LAJIDA suficiente para honrar as obrigações assumidas na CCB	Sim
BNDES	07.2.0953.1 (UHE Simplicio)	454.045	Índice de capitalização mínimo de FURNAS igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0625.1 (UHE Batalha)	102.676	Índice de capitalização mínimo de ELETROBRAS igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0046.1 (UHE Baguari)	25.318	Índice de capitalização mínimo de ELETROBRAS igual ou superior a 0,3	Sim
BTG Pactual	Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios	600.111	Índice de Cobertura Mínimo do faturamento Cedido igual ou superior a 1,5 do aporte mensal na Reserva (QMM)	Sim
BBI	Debêntures 1ª série	450.633	Dívida Líquida/EBITDA ≤4 (ELETROBRAS e FURNAS) ANUAL	Sim

NOTA 21 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2019, a composição dos impostos e contribuições sociais apresenta-se como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Circulante		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Tributos a recolher	1.671.439	1.387.802	1.672.807	1.388.188
Total circulante	1.671.439	1.387.802	1.672.807	1.388.188
Não circulante				
Tributos a recolher	190.366	207.673	190.366	213.068
Ativo diferido – diferenças temporárias (reclassificado da Nota 10)	(1.273.043)	–	(1.273.043)	–
Ativo diferido – CPC (IFRS)	(1.281.415)	(854.305)	(1.281.415)	(854.305)
Tributos diferidos passivos	4.577.360	4.869.257	4.579.788	4.869.257
(–) Provisão para não realização – IR	411.280	271.582	411.280	271.582
(–) Provisão para não realização - CS	148.061	97.769	148.061	97.769
Pasep/Cofins diferidos	10.756	10.756	13.633	10.756
Total não circulante	2.783.365	4.602.732	2.788.670	4.608.127

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico – CPC 32, a Empresa avaliou o saldo de ativos fiscais diferidos e, com base na projeção de resultados futuros, o histórico de resultados tributáveis nos últimos 5 anos e o saldo de passivos tributários diferidos, concluiu pela reversão da provisão para não realização do diferido no valor de R\$ 1,2 bilhões. Adicionalmente, o saldo do Ativo Fiscal Diferido foi transferido para o passivo, com redutor da conta de Impostos e Contribuições Sociais a Pagar, devido a seguintes fatores:

- i) a manutenção do critério de divulgação do ativo como redutor do passivo diferido;
- ii) evitar danos na Consolidação das informações entre as empresas do sistema Eletrobras;
- iii) a maneira como os investidores e/ou o mercado compreendem as demonstrações financeiras historicamente.

21.1. Tributos a recolher

A seguir, a classificação dos tributos a recolher por tipo:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	17.393	17.025	17.393	17.025
Programa de Regularização Tributária -Pert	5.798	5.541	5.798	5.541
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	1.075.521	839.403	1.075.571	839.468
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	391.379	311.303	391.427	311.376
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	16.064	17.366	16.088	17.446
Pasep/Cofins	71.484	89.429	71.525	89.473
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	6.171	12.347	6.221	12.380
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	17.745	8.568	18.297	8.620
Impostos retidos – Lei nº 10.833	44.884	41.928	44.884	41.928
ICMS/ISS	21.863	32.633	22.447	32.656
Imposto de Renda retido sobre encargos de dívida	2.892	–	2.892	–
Outros	245	12.259	264	12.275
Total circulante	1.671.439	1.387.802	1.672.807	1.388.188
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	137.697	151.804	137.697	151.804
Programa de Regularização Tributária -Pert	52.669	55.869	52.669	55.869
Total não circulante	190.366	207.673	190.366	207.673

21.2. Impostos diferidos ativos – diferenças temporárias

A Empresa mantém registrados em ativo, créditos tributários resultantes da aplicação das alíquotas de 9% para a CS e de 25% para o IR, sobre as diferenças temporárias.

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Adições temporárias				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	1.538.908	1.179.786	1.538.908	1.179.786
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.420.955	1.391.008	1.420.955	1.391.008
Provisão para perda na realização de imobilizado	12.502	12.502	12.502	12.502
Provisão para perda – contrato oneroso	222.881	408.352	222.881	408.352
Provisão para Programa de Aposentadoria Extraordinária - PAE	89.719	111.799	89.719	111.799
Provisão para perda não operacional	369.159	803.254	369.159	803.727
Provisão para perda Acordo de Leniência	90.122	–	90.122	–
	3.744.246	3.906.701	3.744.246	3.907.174
Imposto de renda	936.061	976.675	936.061	976.675
Contribuição social	336.982	351.603	336.982	351.603
(–) Provisão para não realização de tributos tributários	–	(1.328.278)	–	(1.328.278)
	1.273.043	–	1.273.043	–
Total não circulante	1.273.043	–	1.273.043	–

21.3. Impostos diferidos ativos – CPC (IFRS)

A Empresa mantém registrados, em 31 de dezembro de 2019, nos termos dos pronunciamentos técnicos CPCs 26 e 32, saldo dos impostos diferidos ativos, no montante de R\$ 722.074, como evidenciado a seguir, tendo propósito meramente informativo:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Adições temporárias				
Impairment – CPC 01	1.014.459	1.327.142	1.014.459	1.327.142
Despesas administrativas e gerais (DAG) descapitalizadas (Simplicio e Batalha) – CPC 27	119.891	119.891	119.891	119.891
Ganhos e Perdas atuariais – CPC 33	2.634.517	1.065.628	2.634.517	1.065.628
	3.768.867	2.512.661	3.768.867	2.512.661
Imposto de renda	942.217	628.165	942.217	628.165
Contribuição social	339.198	226.139	339.198	226.139
(–) Perdas Estimadas para não realização	(559.341)	(369.351)	(559.341)	(369.351)
	722.074	484.953	722.074	484.953
Total do ativo diferido não circulante	722.074	484.953	722.074	484.953

A Companhia avaliou o saldo de ativos fiscais diferidos e, com



Descrição	Saúde		Seguro	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	143.879	167.460	–	5.555
(–) Valor justo dos ativos do plano	–	–	–	–
Passivo (Ativo) líquido	143.879	167.460	–	5.555
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	143.879	167.460	–	5.555
Custo do serviço corrente	1.851	27.337	–	654
Custos dos juros líquidos	8.703	18.035	–	717
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	10.554	45.372	–	1.371

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

	31.12.2019			
Descritivo	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	12.775.369	167.460	5.555	12.948.384
Custos dos serviços corrente líquido	19.939	299	–	20.238
Contribuição dos participantes ativos	6.318	–	–	6.318
Custos dos juros	1.082.969	4.338	–	1.087.307
Benefícios pagos	(976.245)	(85.994)	–	(1.062.239)
Custo de saúde – Preq / P.A.E	–	3.448	–	3.448
Contribuições patronais	–	–	(5.555)	(5.555)
(Ganhos) perdas atuariais				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	–	–	–	–
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	3.189.604	29.048	–	3.218.652
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	45.878	25.280	–	71.158
Subtotal	3.235.482	54.328	–	3.289.810
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	16.143.832	143.879	–	16.278.711
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	13.255.781	–	–	13.255.781
Receita de juros	1.127.621	–	–	1.127.621
Contribuições patronais	102.513	85.994	–	188.507
Contribuições de participantes do plano	6.318	–	–	6.318
Benefícios pagos/adiantados	(976.245)	(85.994)	–	(1.062.239)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	1.047.092	–	–	1.047.092
Subtotal	1.047.092	–	–	1.047.092
Valor justo dos ativos no fim do exercício	14.563.080	–	–	14.563.080

	31.12.2018			
Descritivo	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	11.366.522	223.290	8.760	11.598.572
Custos dos serviços corrente líquido	17.212	2.151	654	20.017
Contribuição dos participantes ativos	7.443	–	–	7.443
Custos dos juros	1.044.245	10.169	716	1.055.130
Benefícios pagos	(994.478)	(98.888)	–	(1.093.366)
Custo de saúde – Preq / P.A.E	–	(29.232)	–	(29.232)
(Ganhos) perdas atuariais				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	602.581	–	–	602.581
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	1.049.435	45.303	(79)	1.094.659
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(317.591)	14.667	(4.496)	(307.420)
Subtotal	1.334.425	59.970	(4.575)	1.389.820
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	12.775.369	167.460	5.555	12.948.384
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	12.324.449	–	–	12.324.449
Receita de juros	1.140.477	–	–	1.140.477
Contribuições patronais	54.552	98.888	–	153.440
Contribuições de participantes do plano	7.443	–	–	7.443
Benefícios pagos/adiantados	(994.478)	(98.888)	–	(1.093.366)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	723.338	–	–	723.338
Subtotal	723.338	–	–	723.338
Valor justo dos ativos no fim do exercício	13.255.781	–	–	13.255.781

As principais categorias de ativos do plano no final do exercício de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descritivo	31.12.2019	31.12.2018
Valores disponíveis imediatos	1.220	421
Realizável previdenciário	160.645	161.041
Renda fixa	10.893.650	10.870.047
Renda variável	3.060.867	1.578.715
Investimentos imobiliários	518.352	456.317
Empréstimos e financiamentos	208.461	255.742
Tesouraria	17.404	(6)
Outros	–	(6.025)
(–) Exigíveis previdenciários	(198.824)	(60.143)
(–) Exigíveis de investimentos	(98.695)	(328)
Total dos ativos garantidos	14.563.080	13.255.781

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

24.4.5. Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31.12.2019			
Descritivo	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Contribuições patronais	40.954	–	(5.555)	35.399
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas	3.235.482	81.375	–	3.316.857
Retorno sobre ativos do plano	(1.092.617)	–	–	(1.092.617)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(504.989)	–	–	(504.989)
Ativos / Passivos diferidos – Laudo atuarial	(582.657)	–	–	(582.657)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	1.096.173	81.375	(5.555)	1.171.993

	31.12.2018			
Descritivo	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Contribuições patronais	51.925	–	–	51.925
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas	1.334.425	30.113	(4.575)	1.359.963
Retorno sobre ativos do plano	(723.339)	–	–	(723.339)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(573.746)	–	–	(573.746)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	89.265	30.113	(4.575)	114.803

24.4.6. Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

Furnas espera contribuir com R\$ 58.178 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 10,98 anos.

24.4.7. Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego

Programa Previdenciário	31.12.2019
Menos de 1 ano	986.497
Entre 1-2 anos	1.896.491
Entre 2-5 anos	4.280.176
Mais de 5 anos	4.079.265
Total	11.242.429

24.5. Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.759.538 (aumento de R\$ 1.941.240).
- Se os custos médicos fossem 1% mais altos (baixos), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 6.326 (aumento de R\$ 6.979).

24.6. Análise de sensibilidade das principais hipóteses

	PLANO BD		
	Taxa de Juros		Parâmetros deste Demonstrativo
Descritivo	+ 1%	- 1%	
Montantes do:			
Valor presente da obrigação atuarial do plano	14.252.642	17.953.420	16.012.180
Valor justo dos ativos do plano	14.414.154	14.414.154	14.414.154
Superávit/(Déficit) técnico do plano	161.512	(3.539.266)	(1.598.026)
Variações			
Aumento/redução da obrigação atuarial	-10,99%	12,12%	–
Aumento/redução dos ativos do plano	0,00%	0,00%	–
Aumento/redução do Superávit/(Déficit)técnico do plano	-110,11%	121,48%	–
	PLANO CD		
	Taxa de Juros		Parâmetros deste Demonstrativo
Descritivo	+ 1%	- 1%	
Montantes do:			
Valor presente da obrigação atuarial do plano	117.185	147.613	131.652
Valor justo dos ativos do plano	148.926	148.926	148.926
Superávit/(Déficit) técnico do plano	31.741	1.313	17.274
Variações			
Aumento/redução da obrigação atuarial	-10,99%	12,12%	–
Aumento/redução dos ativos do plano	0,00%	0,00%	–
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	83,75%	-92,40%	–

NOTA 25 – CONCESSÕES A PAGAR - USO DO BEM PÚBLICO

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de concessões a pagar é de R\$ 35.527 mil (31.12.2018 – R\$ 35.800 mil) que se refere às usinas de Batalha, R\$ 6.849 mil (31.12.2018 - R\$ 6.895 mil) e Simplicio, R\$ 28.678 mil (31.12.2018 - R\$ 28.905 mil).

25.1. Movimentação do passivo

	Controladora e Consolidado		
Descrição	Circulante	Não Circulante	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.776	34.024	35.800
Encargos	–	2.193	2.193
Transferência para circulante	(66)	66	–
Amortização	–	(2.466)	(2.466)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.710	33.817	35.527

25.2. Composição do passivo por vencimentos

	Controladora e Consolidado	
Ano	31.12.2019	31.12.2018
2018	–	201
2019	211	1.576
2020	1.636	1.576
2021	1.636	1.576
2022	1.636	1.576
Após 2022	30.408	29.295
Total	35.527	35.800

25.3. Informação sobre a obrigação contratual do uso do bem público

Como pagamento pelo UBP, objeto dos contratos de concessão das UHE Simplicio e Batalha, FURNAS recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, do valor das parcelas mensais equivalente a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 972 para UHE Simplicio e R\$ 249 para UHE Batalha.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA do IBGE.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, para melhor apresentação, a Empresa ajustou a valor presente, utilizando como base na taxa de desconto apurada na data da obrigação:

	Controladora e Consolidado			
	Valor Original		Valor Atualizado	
Usinas/Duração da concessão	Pagamento Anual	Saldo a pagar	Pagamento Anual	Saldo a pagar
Batalha – 35 anos	249	5.401	316	6.849
Simplicio – 35 anos	972	21.079	1.324	28.678
Total	1.221	26.480	1.640	35.527

NOTA 26 – PROVISÕES PARA RISCOS

Furnas é parte envolvida em diversas ações no âmbito administrativo e do judiciário principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível. A Administração, de acordo com a Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Empresa em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.

26.1. A seguir, a movimentação por tipo de risco provável:

	Controladora		
Descritivo	31.12.2019	Adições/(Reversões)	31.12.2018
Trabalhistas	620.022	155.902	464.120
Tributários	199.902	2.489	196.603
Cíveis e outros	719.794	200.732	519.062
Total não circulante	1.538.908	359.123	1.179.785

	Consolidado		
Descritivo	31.12.2019	Adições/(Reversões)	31.12.2018
Trabalhistas	620.022	155.902	464.120
Tributários	199.902	2.489	196.603
Cíveis e outros	719.794	200.732	519.062
Total não circulante	1.538.908	359.123	1.179.785

26.1.1. Riscos trabalhistas prováveis

Em 31 de dezembro de 2019, os processos trabalhistas somam R\$ 620.022, significando um aumento de R\$ 155.902 quando comparado ao exercício findo em 2018, tendo em vista novos processos no montante de R\$ 34.588, mudanças de prognósticos de possível para provável no montante de R\$ 100.565 e atualização monetária dos processos já em curso em 31 de dezembro de 2018.

Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (i) adicional de periculosidade e insalubridade, (ii) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria, e (iii) complementação do benefício da previdência privada.

26.1.2. Riscos tributários prováveis

Em 31 de dezembro de 2019, os processos tributários montam em R\$ 199.902, significando um aumento de R\$ 2.489 quando comparado ao exercício findo em 2018, devido à entrada de novos processos no montante de R\$ 5.577, às baixas no montante de R\$ 8.591 e atualização monetária das ações já em curso em 31 de dezembro de 2018.

26.1.3. Riscos cíveis e outros prováveis

Em 31 de dezembro de 2019 os processos cíveis e outros prováveis somam R\$ 719.794, significando um aumento de R\$ 200.732 quando comparado ao exercício findo em 2018, tendo em vista novas ações no montante de R\$ 61.834, mudança de prognóstico de ações de possível para provável no montante de R\$ 10.314 e a atualização monetária das ações já em curso em 31 de dezembro de 2018. Destaca-se o processo cível nº 0155660-53.1998.8.10.0001, no montante de R\$ 112.839, cujo pleito refere-se a reequilíbrio contratual.

As ações cíveis e outras estão basicamente relacionadas às reclamações de terceiros referentes a ações de desapropriações e reintegração de posse, além de outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias diversas, autuações da ANEEL ainda, decorrentes de indenização pecuniária em ação reivindicatória.

26.2. A seguir, a movimentação por tipo de risco possível:

	Controladora e Consolidado		
Descritivo	31.12.2019	Adições/(Reversões)	31.12.2018
Trabalhistas	903.899	203.426	700.473
Tributários	7.090.858	612.760	6.478.098
Cíveis e outros	2.058.000	120.361	1.937.639
Total não circulante	10.052.757	936.547	9.116.210

26.2.1. Processos trabalhistas possíveis

Em 31 de dezembro de 2019, os processos trabalhistas com probabilidade possível somam R\$ 903.899, significando um aumento de R\$ 203.426 quando comparado ao exercício findo em 2018, tendo em vista principalmente o efeito da atualização monetária das ações já em curso em 31 de dezembro de 2018 e entrada de novos processos no montante de R\$ 69.421.

Os valores neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (i) adicional de periculosidade e insalubridade, (ii) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria.

26.2.2. Processos tributários possíveis

Em 31 de dezembro de 2019, os processos tributários com probabilidade possível somam R\$ 7.090.858, significando um aumento de R\$ 612.760 em comparação a dezembro de 2018, tendo em vista principalmente o efeito da atualização monetária de R\$ 155.343 e a transferência do processo administrativo nº 16682.720517/2011-98 (R\$ 1.474.099 em 31/12/2018) para a esfera judicial, após decisão administrativa final desfavorável. Com essa mudança, foi dada nova numeração passando para Processo nº 5033017-06.2019.4.02.5101 (R\$ 1.858.049 em 31/12/2019), e o mesmo teve seu valor acrescido em 20% (vinte por cento) a título de encargos.

Dentre os processos que compõem o saldo na esfera tributária podemos destacar os seguintes:

- Processo nº 16682.720516/2011-43 no valor de R\$ 1.438.031, referente ao auto de infração lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento ou declaração para o PIS/COFINS. Compensação realizada sem apresentação do documento hábil PERDCOMP.
- Processo nº 0085231-98.2015.4.02.5101 no valor de R\$ 863.086, referente à Execução Fiscal ajuizada pela União para cobrança de crédito tributário constituído em razão de diferenças de IRPJ e CSLL apuradas em decorrência do procedimento de compensação contábil efetuado por Furnas sem apresentação de instrumento hábil a tanto.
- Processo nº 16682.722946/2015-23 no valor de R\$ 673.225, referente ao auto de Infração lavrado em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2010 e, por consequente, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. Foram glosadas pela autoridade fiscal as despesas deduzidas no ano-calendário de 2010.
- Processo nº 16682.722216 /2017-94 no valor de R\$ 528.363, referente ao Processo Administrativo relativo ao lançamento de ofício de valores de IRPJ e CSLL, do período de 01/2012 a 12/2012, acrescidos de multas de estimativa e de ofício.

26.2.3. Processos cíveis e outros possíveis

Em 31 de dezembro de 2019, os processos cíveis e outros com probabilidade possível somaram R\$ 2.058.000, significando um aumento de R\$ 120.361 tendo em vista o efeito da atualização monetária das ações já em curso em 31 de dezembro de 2018. Os valores neste grupo estão basicamente relacionados às reclamações de terceiros referentes a ações de desapropriações e reintegração de posse, além de outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias diversas, autuações da ANEEL e, ainda, decorrentes de indenização pecuniária em ação reivindicatória.

NOTA 27 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de AFAC registrado no passivo não circulante é de:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras	61.705	58.242	61.705	58.242
Valores referentes aos acionistas minoritários nas controladas de Furnas:				
SPE – Transenergia Goiás S.A.	–	–	436	436
SPE – Brasil Ventos Energia S.A.	–	–	5.543	3.104
Total	61.705	58.242	67.684	61.782

NOTA 28 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Contrato nº 004/2004 - UHE Funil	222.881	248.520	222.881	248.520
Contrato nº 004/2004 - UTE Santa Cruz	–	159.832	–	159.832
Total	222.881	408.352	222.881	408.352
Não circulante	222.881	408.352	222.881	408.352

A Empresa realiza anualmente testes de onerosidade nos contratos de geração e transmissão de energia elétrica, em atendimento ao CPC 25.

Foram testadas as onerosidades das seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC): UHE de Porto Colômbia, UHE de Marimbondo, UHE de Corumbá, UHE de Furnas, UHE de Funil, UHE de Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito), usinas cujo o contrato foi renovado pela MP 579/12 o que operam na modalidade de cotas.

A UTE Santa Cruz apresentou uma perda estimada em 2018 num valor superior ao valor do ativo imobilizado. Desta forma, o excedente R\$ 159.832 foi contabilizado como Contrato Oneroso. Em 2019 este valor foi revertido.

Em 31 de dezembro de 2019, no resultado da Controladora houve uma reversão de provisão no montante de R\$ 185.471, pelo reconhecimento da realização da onerosidade do exercício.

28.1. Movimentação da provisão

Descritivo	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	408.352	408.352
Movimento no ano de 2019:		
(–) Reversão de provisão (UHE Funil)	(25.639)	(25.639)
(–) Reversão de provisão (UTE Santa Cruz)	(159.832)	(159.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	222.881	222.881

NOTA 29 – OUTROS VALORES A PAGAR

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a pagar dispostos como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Adiantamentos – diversos	1.295	1.155	1.295	1.155
Arrendamento mercantil	3.255	–	3.255	–
Cauções em garantia	348	348	348	348
Seguradoras	8.849	–	8.849	–
Credores diversos	6.705	4.936	13.083	18.641
Provisão para acordo judicial entre Furnas e empregados limitados pelo plano BD - FRG	268	838	268	838
Provisão para o Plano de Demissão Consensual - PDC	379	5.618	379	5.618
Ressarcimento – CCEAR ⁽¹⁾	2.620	2.632	2.620	2.632
Contribuições FRG	20.258	19.432	20.258	19.432
Total Circulante	43.977	34.959	50.355	48.664
Credores diversos	3.599	3.599	3.599	27.180
Arrendamento mercantil	127.887	–	127.887	–
Provisão para acordo judicial entre Furnas e empregados limitados pelo plano BD - FRG	6.371	9.065	6.371	9.065
Provisão para o Plano de Demissão Consensual – PDC	6.699	–	6.699	–
Outras Provisões SPEs ⁽³⁾	–	16.875	34.001	–
Provisão GAG Melhoria ⁽²⁾	115.527	52.832	115.527	52.832
FGTS conta empresa	1	1	1	1
Total Não Circulante	260.084	82.372	294.085	89.078

⁽¹⁾ CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

⁽²⁾ GAG – Gestão dos Ativos de Geração nota 29.4

⁽³⁾ Vide notas 16.2 e 29.3

29.1 Acordo judicial entre Furnas e a Associação dos Empregados de Furnas (ASEF)

Em 31 de dezembro de 2019, Furnas possui saldo a pagar no montante de R\$ 6.639 (Circulante R\$ 268 e Não circulante R\$ 6.371), sendo que o histórico desse registro encontra-se descrito na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

29.2. Plano de demissão consensual – PDC

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar referente ao PDC monta em R\$ 7.078.

29.3. Outras provisões

Não houve provisão em Furnas em 31 de dezembro de 2019. Em 31.12.2018 houve uma provisão de R\$ 16.875, referente ao passivo a descoberto da SPE Brasil Ventos Energia S.A. O saldo de R\$ 34.001 em 31.12.2019 no consolidado é apresentado pela SPE Brasil Ventos.

29.4. Gestão dos Ativos de Geração - GAG Melhoria

Em 18 de junho 2018, por meio da Nota Técnica ANEEL nº 92/2018, foram estipulados os valores das receitas referentes aos ativos de geração renovados nos temos da Lei nº 12.783/2013, que fazem jus as Empresas, para a manutenção da disponibilidade aos níveis de eficiência das suas usinas hidroelétricas.

A partir de julho de 2018 as usinas que se encontram sob o regime de cotas (UHE Furnas, UHE Luiz Carlos Barreto, UHE Funil, UHE Porto Colômbia, UHE Marimbondo e UHE Corumbá I) tiveram sua Receita Anual de Geração - RAG acrescida da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, especificamente relacionada às melhorias (GAG-Melhoria) destinadas ao uso na manutenção da eficiência do sistema elétrico.

A Empresa registrou um passivo, a título de provisão para a realização das futuras melhorias nos empreendimentos no montante de R\$ 115.527 (R\$ 52.832 em 31.12.2018).

NOTA 30 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio da Empresa, no valor de R\$ 21.557.647 (R\$ 20.720.814 - 31.12.2018 reapresentado), está assim composto:

30.1. Capital Social

O capital da Empresa, no total de R\$ 6.531.154 (R\$ 6.531.154 - 31.12.2018), está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

Descritivo	Quantidade de mil ações em 31.12.2019 e 31.12.2018			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Percentual
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras	52.647.326	14.659.407	67.306.733	99,56%
Outros	91.700	205.278	296.978	0,44%
Total	52.739.026	14.864.685	67.603.711	100,00%

30.2. Reservas de Capital

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	3.405.297	3.405.297
Outros		
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	1.647.748	1.647.748
Total	5.053.045	5.053.045

30.3 Destinação do Lucro do Exercício

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
Adoção inicial do CPC 47	–	(243.335)
Adoção inicial do CPC 48	–	244.300
Prejuízo acumulado	(2.434)	–
Lucro do Exercício	3.216.266	1.045.377
(–) Reservas de capital	–	–
(–) Reservas de lucro	(2.073.234)	(606.342)
(–) Dividendos adicionais propostos	(377.314)	(191.723)
(–) Dividendos mínimo obrigatório	(763.284)	(248.277)
Total	–	–

30.4. Reservas de Lucro

Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de lucros a realizar	Total de reservas de lucro
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2018
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - Reapresentado	595.957	2.074.939	8.209.219
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2018	–	(250.000)	–
Destinação do resultado	160.692	1.912.542	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	756.649	3.737.481	8.209.219

30.5. Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
ORA acumulado (*)	(3.107.215)	(1.935.223)
Total	(3.107.215)	(1.935.223)

(*) Refere-se a efeitos atuariais apresentados em laudo atuarial elaborado por atuário independente, conforme demonstrado na nota 24.

NOTA 31 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
Receita Operacional				
Geração				
Fornecimento de energia elétrica	745.151	660.184	745.151	660.184
Suprimento de energia elétrica	3.833.064	3.557.731	3.844.586	3.557.731
Energia de curto prazo	110.022	189.917	110.022	189.917
Operação e Manutenção de usinas	1.263.824	1.005.929	1.263.824	1.005.929
Construção de usinas	49.353	27.548	49.353	27.548
Subtotal	6.001.414	5.441.309	6.012.936	5.441.309
Transmissão				
Operação e Manutenção de linhas de transmissão	164.075	170.155	169.760	175.424
Operação e Manutenção de linhas renovadas	1.511.666	1.407.945	1.511.666	1.407.945
Construção de linhas de transmissão	288.920	311.997	290.823	317.231
Remuneração financeira – retorno de investimento	136.535	153.126	141.664	153.126
RBSE – retorno do investimento	2.241.887	2.492.439	2.241.887	2.492.439
Subtotal	4.343.083	4.535.662	4.355.800	4.546.165
Outras receitas				
Prestação de serviços	18.200	39.433	14.348	38.231
Aluguéis	403	262	403	262
Outras	2	238	2	238
Subtotal	18.605	39.933	14.753	38.731
Subtotal	10.363.102	10.016.904	10.383.489	10.026.205
Deduções à receita operacional				
Impostos e contribuições sobre a receita				
ICMS	(140.864)	(117.370)	(140.864)	(117.370)
PIS / PASEP	(180.273)	(172.024)	(180.345)	(172.092)
COFINS	(831.965)	(795.472)	(832.299)	(795.787)
ISS	(513)	(579)	(513)	(579)
Subtotal	(1.153.615)	(1.085.445)	(1.154.021)	(1.085.828)
Encargos Setoriais				
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	(134.057)	(129.824)	(134.372)	(130.117)
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	(119.291)	(86.894)	(119.291)	(86.894)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(94.193)	(90.307)	(94.310)	(90.416)
PROINFA	(28.211)	(21.178)	(28.211)	(21.178)
Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	(154.008)	(113.517)	(154.008)	(113.517)
Taxa de Fiscalização Serv. de E.E (TFSEE)	(30.762)	(27.513)	(30.825)	(27.572)
Subtotal	(560.522)	(469.233)	(561.017)	(469.694)
Subtotal	(1.714.137)	(1.554.678)	(1.715.038)	(1.555.522)
Receita Operacional Líquida	8.648.965	8.462.226	8.668.451	8.470.683

A receita da Empresa é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica gerada em suas usinas, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro e de contrato decorrente do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, tanto no mercado de ambiente regulado, quanto no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e em contratos do sistema de transmissão.

NOTA 32 – CUSTO OPERACIONAL

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda (nota 32.1)	(836.314)	(693.432)	(850.960)	(693.432)
Encargos de uso da rede elétrica	(629.543)	(597.266)	(629.395)	(596.942)
Total do custo com energia elétrica	(1.465.857)	(1.290.698)	(1.480.355)	(1.290.374)
Custo de operação				
Pessoal (nota 32.2)	(1.134.111)	(1.097.314)	(1.143.603)	(1.107.482)
Material	(29.016)	(35.496)	(29.125)	(35.557)
Serviços de terceiros	(704.991)	(758.257)	(709.200)	(761.946)
Depreciação e amortização	(274.593)	(260.542)	(274.648)	(260.592)
Combustível e água para produção de energia elétrica	(558.052)	(685.526)	(558.052)	(685.526)
Impostos e taxas	(15.402)	(20.027)	(15.965)	(20.192)
Total do custo de operação	(2.716.165)	(2.857.162)	(2.730.563)	(2.871.295)
Custo de construção				
Custo de construção – geração	(49.353)	(27.548)	(49.353)	(27.548)
Custo de construção - transmissão	(255.195)	(278.994)	(257.101)	(278.994)
Total do custo de construção	(304.548)	(306.542)	(306.454)	(306.542)
Total do custo operacional	(4.486.570)	(4.454.402)	(4.517.402)	(4.468.211)

32.1. Energia elétrica comprada para revenda com seus respectivos MWh

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Contratos iniciais/bilaterais				
MWh (*)	4.089.101	4.068.722	4.089.149	4.068.722
R\$	(706.342)	(660.691)	(720.988)	(660.691)
Energia de curto prazo				
MWh (*)	–	–	–	–
R\$	(129.972)	(32.741)	(129.972)	(32.741)
Total MWh (*)	4.089.101	4.068.722	4.089.149	4.068.722
Total R\$	(836.314)	(693.432)	(850.960)	(693.432)

(*) Informação não auditado.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de energia comprada por Furnas para revenda, totalizando R\$ 836.314 e da SPE Brasil Ventos S.A. R\$ 14.646, perfazendo R\$ 850.960 (R\$ 693.432 - 31.12.2018 referente a Furnas), a variação se deve à alteração no portfólio de contratos de compra.

32.2. Pessoal

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Funcionários	(1.045.714)	(1.052.715)	(1.052.450)	(1.059.969)
Administradores	(6.088)	(4.947)	(8.844)	(7.861)
Plano de demissão consensual – PDC (nota 32.2.1)				
Verbas rescisórias	(23.376)	(10.834)	(23.376)	(10.834)
Incentivos	(43.896)	(28.818)	(43.896)	(28.818)
Provisão plano de saúde	(15.037)	(21.150) ⁽¹⁾	(15.037)	(21.150) ⁽¹⁾
Total	(1.134.111)	(1.118.464)	(1.143.603)	(1.128.632)

⁽¹⁾ Nota 33

32.2.1. Plano de demissão consensual – PDC

Furnas lançou em 27 de março de 2018 o Plano de Demissão Consensual (PDC). A implantação do plano, conforme regras aprovadas e estabelecidas pela Eletrobras e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST é uma das iniciativas do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG 2018-2022), que visa especificamente, o ajuste do quadro de pessoal ao novo cenário empresarial delineado.

As adesões ao PDC foram realizadas até o dia 27 de abril de 2018, conforme abaixo:

Parâmetros	Valores
Incentivo Indenizatório	- 40% do saldo para fins rescisórios do FGTS (sendo 20% obrigação legal + 20% complementar pela empresa) - Aviso prévio (sendo 50% obrigação legal + 50% complementar pela empresa)
Incentivo Indenizatório Complementar	50% sobre o valor do incentivo indenizatório
Incentivo Mínimo	R

32.3. Principais custos e despesas operacionais

Em 31 de dezembro de 2019, o total dos custos (nota 32) e das despesas operacionais (nota 33) totalizavam R\$ 5.790.102 na controladora e no consolidado R\$ 5.822.784 (R\$ 5.462.089 e R\$ 5.442.783, respectivamente em 31 de dezembro de 2018). Neste montante, estão incluídos os valores que a Empresa incorreu com treinamentos e benefícios diversos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus colaboradores, dentre outros, dos quais listamos os principais:

Descriativo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Remuneração	(663.745)	(651.121)	(673.237)	(661.289)
Encargos sociais	(248.300)	(258.146)	(248.300)	(258.146)
Auxílio alimentação	(47.662)	(55.588)	(47.662)	(55.588)
Convênio assistencial e outros benefícios	(96.017)	(94.785)	(96.017)	(94.785)
Previdência privada	(47.401)	(45.034)	(47.401)	(45.034)
Saúde	(159.312)	(164.150)	(159.312)	(164.150)
Segurança e saúde no trabalho	(8.162)	(8.088)	(8.162)	(8.088)
Educação	(2.674)	(3.322)	(2.674)	(3.322)
Cultura	(1.487)	(1.484)	(1.487)	(1.484)
Capacitação e desenvolvimento profissional	(12.961)	(16.805)	(12.961)	(16.805)
Creches ou auxílio creche	(15.153)	(15.358)	(15.153)	(15.358)
Provisão gratificação	(46.145)	(50.869)	(46.145)	(50.869)
Indenizações trabalhistas (constitucional)	(93.473)	(97.304)	(93.473)	(97.304)
Mão-de-obra contratada	(259.620)	(281.962)	(259.620)	(281.962)
Manutenção e conservação	(62.688)	(69.289)	(62.688)	(69.289)
Hospedagem e alimentação no país	(18.751)	(14.029)	(18.751)	(14.029)
Passagem no país	(8.432)	(3.545)	(8.432)	(3.545)
Consultorias	(20.385)	(13.030)	(20.385)	(13.030)
Luz e força	(16.076)	(16.425)	(16.076)	(16.425)
Serviço de segurança e vigilância	(34.508)	(36.275)	(34.508)	(36.275)
Serviço de informática	(20.487)	(26.806)	(20.487)	(26.806)
Serviços de coordenação e controle ONS	(16.699)	(14.477)	(16.699)	(14.477)
Seguros	(72.218)	(75.091)	(72.218)	(75.091)
Indenizações, perdas e danos	(199.054)	(57.066)	(199.054)	(57.066)
Indenização acordo terceirizados (vide nota 33.1)	(321.225)	—	(321.225)	—
Demais despesas	(76.215)	(74.311)	(83.001)	(79.853)
Total	(2.568.850)	(2.144.360)	(2.585.128)	(2.160.070)

NOTA 33 – RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Perdas estimadas para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(359.122)	(309.114)	(359.122)	(309.114)
Perdas estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(29.947)	(92.162)	(29.947)	(92.162)
Perdas estimadas na alienação e desativação de bens e direitos	(19.024)	(328)	(19.024)	(328)
Doações e contribuições não vinculadas	(15.965)	(14.432)	(15.965)	(14.432)
Arrendamento e Aluguéis	(50.344)	(71.006)	(50.344)	(71.006)
Seguros	(77.583)	(91.902)	(77.583)	(91.902)
Demais receitas //(despesas)	(36.716)	(5.574)	(38.566)	(7.232)
Reembolso Médico - Hospitalar e Odontológico	(17.979)	(20.935)	(17.979)	(20.935)
Despesas com Eventos, Patrocínio, Projetos institucionais				
Sócio-culturais	(4.823)	(12.262)	(4.823)	(12.262)
Despesas com estagiários, bolsistas – concurso e bolsa de estudo	(1.168)	(1.822)	(1.168)	(1.822)
Reembolso escolar, creche, vale transporte, auxílio transferência e auxílio-doença suplementação	(13.485)	(13.673)	(13.485)	(13.673)
Indenizações, perdas e danos	(199.054)	(57.066)	(199.054)	(57.066)
Gastos Ambientais	(17)	(1)	(17)	(1)
Custas Judiciais (inclui judiciais trabalhistas)	(4.263)	(1.632)	(4.263)	(1.632)
Indenização acordo com terceirizados ⁽¹⁾	(321.225)	–	(321.225)	–
Provisão de benefício pós-emprego do seguro saúde do plano de incentivo ao desligamento de pessoal	–	(21.150)	–	(21.150)
Ganhos atuariais	144.807	143.062	144.807	143.062
Ganho (Perdas) com SPEs de Furnas pela dação em pagamento de empréstimos para a Eletrobras ⁽²⁾	32.760	(3.344)	32.760	(3.344)
Ganho com mudança na participação em SPEs ⁽⁶⁾	–	10.782	–	10.782
Reversão de perdas em investimentos – SPEs ⁽³⁾	496.790	276.143	496.790	276.143
Reversão da provisão para perda na visão do acionista – SPE Transenergia Goiás	–	–	–	102.122
Provisão GAG Melhoria	(62.695)	(52.832)	(62.695)	(52.832)
Reversão estimada de redução ao valor recuperável de ativo (impairment) ⁽⁴⁾	312.684	50.411	312.684	68.919
(Provisão) Reversão estimada do Contrato Oneroso ⁽⁵⁾	185.472	(249.234)	185.472	(203.678)
Provisão Acordo de Leniência ⁽⁷⁾	(90.122)	–	(90.122)	–
Total	(131.019)	(538.071)	(132.869)	(373.543)
Total Receitas	1.172.513	469.616	1.172.513	601.029
Total (Despesas)	(1.303.532)	(1.007.687)	(1.305.382)	(974.572)

(1) Vide nota 33.1

(2) Vide nota 20.4

(3) Vide nota 16

(4) Vide nota 28

(5) Vide nota 33

(6) Vide notas de Dez.18 16.2.1 Mesa, ganho de R\$ 33.971 e 16.2.5 Brasil Ventos S.A., perda (R\$ 23.189).

⁽⁷⁾ Vide nota 15.6

NOTA 35 – IRPJ E CSLL NO RESULTADO

O IR e a CS, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IR e CS com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

Descritivo	Controladora				Consolidado			
	31.12.2019		31.12.2018		31.12.2019		31.12.2018	
	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)
Lucro / Prejuízo antes dos impostos	3.442.418	3.442.418	1.642.090	1.642.090	3.443.124	3.443.124	1.668.452	1.668.452
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	(860.605)	(309.818)	(410.523)	(147.788)	(860.781)	(309.881)	(417.113)	(150.161)
Efeitos das adições e exclusões:								
Indenização RBSE	467.587	168.331	42.860	15.430	467.587	168.331	42.860	15.430
Adições / Exclusões da Lei nº 12.973/2014	(689.905)	(248.366)	(511.763)	(184.235)	(689.905)	(248.366)	(511.763)	(184.235)
Ajustes 1ª adoção Lei nº 12.973/2014 (2010/2014)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)
Ajustes INRFB 1771/2017 CPC 47 – IFRS 15 e 16	(42.339)	(15.242)	(1.364)	(491)	(42.339)	(15.242)	(1.364)	(491)
Provisões operacionais	5.472	1.970	(24.791)	(8.925)	5.472	1.970	(24.791)	(8.925)
Equivalência patrimonial	(11.741)	(4.227)	(66.325)	(23.877)	(11.741)	(4.227)	(66.325)	(23.877)
Outros	12.597	3.771	(22.842)	(17.801)	12.280	3.609	(22.842)	(17.801)
Demais adições/exclusões	(91.742)	(33.027)	(4.595)	(1.654)	(91.742)	(33.029)	(4.595)	(1.654)
Constituição/Reversão de créditos tributários	896.620	322.783	433.571	156.086	896.620	322.783	433.571	156.086
Contrato Oneroso	46.368	16.692	(62.914)	(22.649)	46.368	16.692	(62.914)	(22.649)
Benefício pós emprego	36.202	13.033	35.766	12.876	36.202	13.033	35.766	12.876
Impairment / GAG Melhorias	62.497	22.499	–	–	62.497	22.499	–	–
Compensação de Prejuízos Fiscais	–	–	147.877	53.236	–	–	147.877	53.236
Incentivos Fiscais	11.620	–	25.304	–	11.620	–	25.304	–
Total	(162.650)	(63.502)	(425.020)	(171.693)	(163.143)	(63.729)	(431.610)	(174.066)
Corrente	(1.059.269)	(386.285)	(858.591)	(327.779)	(1.059.680)	(386.465)	(858.934)	(327.930)
Diferido	896.619	322.783	433.571	156.086	896.537	322.736	433.466	156.030
Total	(162.650)	(63.502)	(425.020)	(171.693)	(163.143)	(63.729)	(425.468)	(171.900)
Total	(226.152)	(596.713)	(596.713)	(596.713)	(226.872)	(597.368)	(597.368)	(597.368)

NOTA 36 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2019, foram de R\$ 55.910,13 e R\$ 2.159,53, respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela Empresa. Esses valores incluem os salários, gratificações, comissões e adicionais. Cabe destacar que em dezembro de 2019, o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 44.102,36.

Em atendimento ao CPC 05 (R1) apresentamos, a seguir, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da Administração, composta por Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos de Furnas e as SPEs consolidadas, Transenergia Goiás e Brasil Ventos Energia S.A..

NOTA 37 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

a) Eletrobras: empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos e encargos financeiros;

b) Empresas em que Furnas detém participações acionárias: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), serviços de terceiros;

c) Partes relacionadas: clientes, créditos diversos, fornecedores, receitas de transmissão, geração e prestação de serviços, Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), serviços de terceiros.

37.1. Empresas do grupo

	Cliente			Empréstimos e	Contas a	(-) Perdas estimadas para créditos	Outros	Dividendos	Contas a
Empresas	Clientes	Renegociação	Fornecedores	financiamentos captados	receber	de liquidação duvidosa	Créditos	declarados	pagar
Eletrobras	86	-	(827)	(a) (2.459.039)	2.259	-	-	-	-
Cgtee	294	-	-	-	-	-	-	-	-
Chesf	8.929	-	(8.096)	-	30.096	(b) (30.096)	(d) 1.934	-	-
Eletrosul	192	-	(2.692)	-	96	-	-	-	-
Eletronorte	7.746	-	(4.269)	-	17	-	-	-	-
Eletro nuclear	2.109	268.645	-	-	1.050	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	28	-	-	-	-
Eletropar	-	-	(20)	-	105.233	(c) (105.233)	-	-	-
Amazonas – GT	470	-	(60)	-	-	-	-	-	(27)
Eólica Chui IX S.A.	8	-	-	-	-	-	-	-	-
Eólica Hermenegildo I S.A.	26	-	-	-	-	-	-	-	-
Eólica Hermenegildo II S.A	26	-	-	-	-	-	-	-	-
Eólica Hermenegildo III S.A	22	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Vitória do Palmar	90	-	-	-	-	-	-	-	-
Centroeste (*)	9	-	(43)	-	2	-	-	-	-
Luiziânia–Niquelândia Transmissora (*)	8	-	(10)	-	-	-	-	-	-
Total 31.12.2019	20.015	268.645	(16.017)	(2.459.039)	138.781	(135.329)	1.934	-	(27)
Total 31.12.2018	41.699	-	(14.540)	(2.945.350)	385.501	(135.329)	1.758	-	-

(a) (R\$ 2.459.039) Moeda Nacional, nota 20.1

(b) Nota 15.1.3

(c) Nota 15.5

(d) Trata-se de investimento ao custo de aquisição

(*) SPE transferidas para a Eletrobras em operação de dação para pagamento de dívida com a Holding em Agosto/18.



Empresas	Compra de energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
Eletrobras	-	-	-	540	-	2.992	(311.996)	33.510
Cgtee	-	-	-	1.169	-	-	-	3
Chesf	-	-	(74.871)	105.834	-	301	-	7
Eletrosul	-	-	(32.782)	2.318	-	-	-	1.134
Eletronorte	-	-	(53.602)	92.859	83	-	-	(584)
Ceal (**)	-	8.944	-	2.867	-	-	-	-
Eletronuclear	-	-	-	21.636	-	24.294	-	413
Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-
Eletropar	-	-	-	-	-	776	-	-
Amazonas – D (**)	-	2.430	-	5.150	-	-	-	230
Amazonas – GT	-	-	(762)	3.811	-	-	-	(273)
Eólica Chui IX S.A.	-	-	-	100	-	-	-	-
Eólica Hermenegildo I S.A.	-	-	-	319	-	-	-	-
Eólica Hermenegildo II S.A.	-	-	-	319	-	-	-	-
Eólica Hermenegildo III S.A.	-	-	-	269	-	-	-	-
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	1.090	-	-	-	-
Transleste (*)	-	-	(481)	-	-	-	-	-
Transudeste (*)	-	-	(240)	-	79	-	-	85
Transirapé (*)	-	-	(298)	-	-	-	-	-
Centroeste (*)	-	-	(517)	-	398	-	-	111
Brasventos Eolo (*)	-	-	-	891	-	-	-	-
Brasventos Miassaba(*)	-	-	-	1.043	-	-	-	-
Rei dos Ventos 3 (*)	-	-	-	916	-	-	-	-
Luziânia–Niquelândia Transmissora (*)	-	-	(129)	-	389	-	-	92
TOTAL 31.12.2019	-	11.374	(163.682)	241.131	949	28.363	(311.996)	34.728
TOTAL 31.12.2018	-	83.670	(162.402)	309.402	16.262	23.756	(354.360)	(8.752)

Em atendimento à Resolução ANEEL nº 22, de 04 de fevereiro de 1999, e nos termos da deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Empresa está apresentando os saldos e transações com partes relacionadas.

(*) SPEs transferidas para a Eletrobras em operação de dação para pagamento de dívida com a *Holding*. As SPEs Transleste, Transudeste e Transirapé tiveram saldo apurado até Maio/19, data da transferência para a TAESA. A Brasvento Eolo, Miassaba e Rei dos Ventos o saldo foi apurado até Agosto/19, data da transferência para Ventus Holding de Energia Eólica.
(**) Ceal – controle acionário transferido para a Equatorial em 18.03.19 – Saldo referente a Março/19.
(***) Amazonas – D, o controle acionário foi transferido para a Oliveira Energia em 10.04.19 - Saldo referente a Março/19.

37.2. Fundação Real Grandeza (FRG) e investidas de Furnas

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Outras Provisões	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar
Empresas de Geração							
Enerpeixe	-	556	-	12.236	(3.387)	-	-
Baguari	-	47	-	-	-	-	-
Retiro Baixo	-	-	-	6.357	-	-	-
Serra do Facão Energia	45	-	-	-	-	-	-
Chapecoense	740	-	-	29.090	-	-	-
Foz do Chapecó	5	874	-	-	-	-	-
Madeira Energia	-	-	-	-	-	-	-
Santo Antônio Energia	571	17.826	-	-	-	-	-
Cia Hidrelétrica Teles Pires	-	4.610	-	-	(9.560)	-	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	-	-	-	-	(53)
Empresa de Energia São Manuel S.A.	140	1.199	-	-	(3.346)	-	-
Energia Olímpica S.A.	-	-	-	428	-	-	-
Brasil Ventos Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Tijóá Participações e Investimentos S.A.	-	873	-	-	-	-	-
Subtotal de Geração	1.501	25.985	-	48.111	(16.293)	-	(53)
Empresas de Transmissão							
Transenergia Renovável	-	-	-	4.492	(42)	-	-
IE Madeira	-	-	-	-	(1.243)	-	(432)
Transenergia São Paulo	-	-	-	17.271	(24)	-	-
Transenergia Goiás	-	101	-	-	(29)	-	-
MGE Transmissão	-	18	-	5.616	(75)	-	-
Goiás Transmissão	-	-	-	11.668	(131)	-	-
Caldas Novas Transmissão	-	17	-	1.231	(2)	-	-
Triangulo Mineiro Transmissora S.A.	11	-	-	-	(93)	-	-
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	-	1.262	-	-	(63)	-	-
Mata de Santa Genebra	1	-	-	-	(24)	-	-
Lago Azul Transmissora	13	7	-	110	(10)	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	5.985	(341)	-	-
Belo Monte Transmissora	553	-	-	13.810	(1.341)	-	-
Subtotal de Transmissão	578	1.405	-	60.183	(3.418)	-	(432)
Total SPEs	2.079	27.390	-	108.294	(19.711)	-	(485)

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Outras Provisões	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar
FRG	7.581	-	-	-	(231)	(7.000)	(1.733.090)
Administradores	6	-	-	-	-	-	-
Total 31.12.2019	9.666	27.390	-	108.294	(19.942)	(7.000)	(1.733.575)
Total 31.12.2018	7.782	27.986	(16.875)	128.077	(21.813)	(7.008)	(171.804)

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
Empresas de Geração								
Enerpeixe	(38.838)	-	-	5.069	-	-	-	-
Baguari	-	-	-	435	-	-	-	-
Serra Facão Energia	-	-	-	-	113	-	-	(20)
Foz do Chapecó	-	-	-	10.554	184	-	-	-
Madeira Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	76.506
Santo Antônio Energia	-	81.576	-	141.495	-	3	-	(223)
Teles Pires Participações	-	-	-	-	-	-	-	6.666
Cia Hidrelétrica Teles Pires	(118.840)	-	-	42.021	-	-	-	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	-	-	569	-	-	-
Tijóá Participações e Investimentos S.A.	-	-	-	10.003	677	6.305	-	-
Empresa de Energia São Manoel S.A.	(36.361)	-	-	10.875	-	-	-	164.976
Energia Olímpica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	93
Subtotal de Geração	(194.039)	81.576	-	220.452	1.543	6.308	-	247.998
Empresas de Transmissão								
Transenergia Renovável	-	-	(527)	-	-	-	-	-
IE Madeira	-	-	(15.498)	-	232	-	-	28.445
Transenergia São Paulo	-	-	(262)	-	-	-	-	-
Transenergia Goiás	-	-	(348)	-	2.042	-	-	1.810
MGE Transmissão	-	-	(1.018)	-	-	-	-	208
Goiás Transmissão	-	-	(1.705)	-	-	-	-	-
Caldas Novas Transmissão	-	-	(26)	-	493	-	-	201
Triangulo Mineiro Transmissora S.A.	-	-	(1.127)	-	-	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	-	(3.963)	-	-	-	-	(25)
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	-	-	(744)	-	63	-	-	711
Mata de Santa Genebra	-	-	(211)	-	-	-	-	120.645
Lago Azul Transmissora	-	-	(124)	-	158	-	-	82
Belo Monte Transmissora	-	-	(17.290)	-	27	-	-	99.552
Subtotal de Transmissão	-	-	(42.863)	-	3.015	-	-	251.629
Total SPEs	(194.039)	81.576	(42.863)	220.452	4.558	6.308	-	499.627

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
FRG	-	-	-	-	-	2.172	(4.524)	(97.226)
Total 31.12.2019	(194.039)	81.576	(42.863)	220.452	4.558	8.480	(4.524)	402.401
Total 31.12.2018	(165.645)	78.623	(46.123)	221.655	8.278	21.307	(4.583)	81.205

NOTA 38 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo, segundo estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

38.1. Energia elétrica

A Lei nº 12.783/2013 estabeleceu as condições de prorrogação das concessões de usinas alcançadas pelo Artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. A comercialização da energia se dá por meio do rateio, entre as distribuidoras do SIN, das cotas dessa energia e da aplicação de Receitas Anuais de Geração (RAG), estabelecidas pela ANEEL.

Já a comercialização da energia das usinas de Furnas, não alcançadas pela referida Lei, está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado – ACR, para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição, e outro caracterizado por contratos livremente pactuados – ACL.

A Empresa está comprometida com venda e compra de energia conforme os quadros a seguir:

38.1.1. Compromissos – posições vendidas

Ano	Comprador de Energia	LEN Manso 2008 e 2010 30 anos	LEN Simplicio e Batalha 2010 30 anos	Disponibilidade Santa Cruz 2012 15 anos	LEE 2014 / 2019 6 anos	RAG	Total
2021	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	2.152.332	-	20.029.740	25.002.792
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	219,80	237,62	117,02	-	67,25	-
	Total (R\$ Mil)	173.294	482.927	251.874	-	1.346.965	2.255.060
2022	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	2.152.332	-	20.029.740	25.002.792
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	219,80	237,62	117,02	-	68,29	-
	Total (R\$ Mil)	173.294	482.927	251.874	-	1.367.862	2.275.957
2023	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	2.152.332	-	20.029.740	25.002.792
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	219,80	237,62	117,02	-	68,66	-
	Total (R\$ Mil)	173.294	482.927	251.874	-	1.375.177	2.283.272
2024	Volume MWh (*)	790.560	2.037.888	2.158.229	-	20.084.616	25.071.293
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	219,80	237,62	116,70	-	68,66	-
	Total (R\$ Mil)	173.769	484.250	251.874	-	1.376.803	2.286.696
2025	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	2.152.332	-	20.029.740	25.002.792
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	219,80	237,62	117,02	-	68,97	-
	Total (R\$ Mil)	173.294	482.927	251.874	-	1.377.768	2.285.863
Após 2025	Volume MWh (*)	11.037.600	28.452.480	2.152.332	-	340.505.580	382.147.992
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	219,80	237,62	117,02	-	67,86	-
	Total (R\$ Mil)	2.426.117	6.760.978	251.874	-	23.107.706	32.546.675
Total	Volume MWh (*)	14.981.760	38.619.648	12.919.889	-	440.709.156	507.230.453
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	-	-	-	-	-	-
	Total (R\$ Mil)	3.293.062	9.176.936	1.511.244	-	29.952.281	43.933.523
Data do término do contrato		Dez/39	Dez/39	Dez/26	-	Dez/42	-
É parte relacionada? (Sim/Não)		Não	Não	Não	-	Não	-

LEE – Leilão de Energia Existente
LEN – Leilão de Energia Nova

(*) Informações não auditadas

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com a anuência da Eletrobras.

40.2.1. Garantia de Compra de Energia:

NOTA 41 – SEGUROS (Não auditado)

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão abaixo demonstrados por modalidade e data de vigência:

Riscos Operacionais: Seguro na modalidade Riscos Operacionais para todos os Riscos (All Risks), dos equipamentos, previamente selecionados, das Usinas e Subestações de FURNAS pelo valor Real em Risco, no montante de R\$ 6.271.795.974,70 (seis bilhões, duzentos e setenta e um milhões, setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta centavos), com a finalidade de garantir, até o Limite Máximo de Indenização (LMI), no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

40.1. Garantias Corporativas

Risco de Garantia: Cobertura de Seguro que tem por objetivo oferecer garantia nos seguintes casos: (i) Concorrência (Bid Bond) – utilizado para manter firmas as propostas, salvaguardando o licitante dos custos decorrentes da não assinatura de Contratos; (ii) Executante (Performance Bond) – utilizado como garantia da performance e fiel cumprimento de contratos; (iii) Judicial – garante o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o executado necessite realizar no trâmite de procedimentos judiciais.

Responsabilidade Civil Geral: Cobertura para o reembolso de indenizações que o segurado venha a ser obrigado a pagar em consequência de lesões corporais ou danos materiais, por ele provocados involuntariamente (por omissão, negligência ou imprudência) a terceiros ou a pessoas pelos quais possa responder civilmente.

Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos: Este seguro visa reembolsar ao segurado a indenização à qual esteja obrigado, judicial ou extrajudicialmente, a pagar em consequência de danos corporais e/ou materiais involuntários causados a terceiros.

Transportes Nacionais e Internacionais: Cobre danos causados ao objeto segurado, especialmente à carga transportada (mercadorias em geral, principalmente as afins do segurado, mudanças domésticas, malotes, bagagem, mostruário, equipamentos elétricos, remessa postal etc.), por roubo, desaparecimento e danificação, com indenização por reembolso.

Vida e Acidentes Pessoais: Seguro com cobertura para Diretores e Empregados Ativos, e de Acidentes Pessoais com cobertura para Diretores, Empregados Ativos, Estagiários e Jovens Aprendizizes que garante o pagamento do capital segurado ao próprio segurado ou ao seu beneficiário, em função da ocorrência de evento coberto pelas apólices.

Riscos Diversos: Visa atender necessidades específicas de cobertura não encontradas nos ramos tradicionais de seguros. Oferece coberturas para os riscos de perdas e danos materiais decorrentes de causa externa, exceto aqueles expressamente excluídos, para equipamentos estacionários (estação meteorológica).

D&O: Seguro com cobertura mundial com o objetivo de proteger o Segurado, todos os integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, bem como aos ocupantes de função de confiança e demais empregados ou ex-empregados investidos de competência por delegação dos administradores.

NOTA 42 – EVENTOS SUBSECUENTES

42.1. Alienações de SPE

Através de Comunicado ao Mercado emitido em 13 de janeiro de 2020, a Eletrobras informou a conclusão da transferência da totalidade das ações que detinha da Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais (“Cemig”).

Pela venda, a Eletrobras recebeu o valor atualizado de R\$ 44.775, já corrigidos até a data do comunicado, o que gerou um ganho para Furnas de R\$ 28.987. Com essa transferência conclui-se 100% das alienações das SPes vendidas em setembro de 2018.

42.2. Dissolução de Sociedade

Em 06 de dezembro de 2019 foi realizada a AGE de Extinção da Sociedade de Propósito Específico Energia Olímpica S.A., com participação de Furnas (49,9%) e Light (50,1%). Esta SPE foi constituída em 2014 com o objetivo exclusivo de construir a subestação Olímpica e as linhas de transmissão de 138 kV entre as subestações Barra da Tijuca-Olimpica e Gardênia-Olimpica, dedicadas ao fornecimento de energia elétrica para o Parque Olímpico, por ocasião dos Jogos Olímpicos em 2016 no Rio de Janeiro.

Como os custos das obras foram custeados integralmente pelo Ministério de Minas e Energia – MME e, no término das obras, a Light passou a ser a operadora das instalações por se localizarem na sua área de concessão, não houve pagamento pela transferência das ações de Furnas para a Light.

A Ata da Assembleia foi registrada na JUCERJA em 12 de dezembro de 2019 e a baixa do CNPJ e do alvará ocorreu em 05 de março de 2020 com data retroativa de 12 de dezembro de 2019.

42.3. Debêntures

Em fevereiro de 2020, através de comunicado, Furnas informou a concretização da primeira emissão de debêntures da companhia no montante de R\$ 1.250.000, dos quais R\$ 450.000, já haviam sido emitidas em 2019.

42.4. Nova metodologia do WACC ANEEL

Em 10 de março de 2020, a ANEEL aprovou a nova metodologia de cálculo e os WACCs para os segmentos de transmissão, geração e distribuição. As taxas serão atualizadas anualmente e irão remunerar, durante o ciclo de revisão tarifária, o capital investido na concessão, além de ser utilizado de forma provisória para as autorizações de reforços e melhorias de transmissão. Para o segmento de transmissão foi aprovado o WACC real depois dos impostos de 7,66% para 2018, 7,39% para 2019 e 6,98% para 2020.

As concessões prorrogadas têm data de revisão tarifária em junho de 2018, porém a revisão foi adiada por duas vezes. Com isso, o WACC real depois dos impostos aplicável a revisão destes contratos passou de 6,64% para 7,66%, com efeitos a partir de julho de 2020 e retroativo a 2018.

Quanto à retroatividade destacada anteriormente, os valores de WACC regulatório aprovados para os anos 2018, 2019, e 2020 pela ANEEL serão aplicados aos agentes cujos processos de revisão tarifária ocorrerem em cada ano de vigência, com efeitos retroativos para os casos de revisões provisórias. Os contratos prorrogados que estavam com revisão tarifária prevista para o ano de 2018, e que estão há dois anos com valores provisórios, terão as receitas calculadas com o novo valor de WACC para 2018 (7,66%), com vigência até 2023, e com efeitos retroativos a 2018.

Destaca-se que além do WACC, outras variáveis impactarão o país, a Base de Remuneração Regulatória, que ainda está sendo

destaca-se que todos os valores apresentados são estimativas preliminares base nas informações disponibilizadas pela ANEEL. Para o segmento de geração, como os contratos são de 2013, a data de revisão do WACC é 2018, aplicando-se então a correção do valor até então vigente, de 7,16%, para o novo valor homologado para o ano de 2018, de 7,66%.

42.5. Coronavírus (COVID-19) – Impactos para Furnas

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) relacionado ao rápido aumento dos casos de doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19). Furnas vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações, dado o setor estratégico em que está inserida, e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores evitando a propagação da doença. Devido ao cenário atípico e de características potencialmente imprevisíveis, não é possível prever com exatidão os cenários que poderão se materializar nos próximos meses nas operações da Empresa. Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar, assim como de quanto será a eventual redução do consumo de energia elétrica no Brasil e nem a duração desta redução.

LUIZ CARLOS CIOCCHI Diretor-Presidente				
CAIO POMPEU DE SOUZA BRASIL NETO Diretor	DJAIR ROBERTO FERNANDES Diretor	JOSÉ ALVES DE MELLO FRANCO Diretor	CLAUDIO GUILHERME BRANCO DA MOTTA Diretor	PEDRO EDUARDO FERNANDES BRITO Diretor
JAIRO MACHADO DE OLIVEIRA Superintendência de Contabilidade - CRC - RJ 074.838/O-7 - Contador		ANSELMO GARCIA SOBROSA Gerência de Contabilidade Geral - CRC - RJ 078.544/O-6 - Contador		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Furnas Centrais Elétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

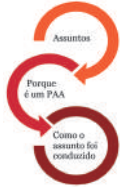
Ênfase

Situação operacional das empresas controladas em conjunto

Conforme mencionado na Nota 16.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as investidas controladas em conjunto Madeira Energia S.A., Chapecoense Geração S.A., Enerpeixe S.A. e Teles Pires Participações S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevante em 31 de dezembro de 2019. As circunstâncias das controladas em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Empresa e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA auditoria	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
---------------------------	---

Avaliação do valor recuperável dos investimentos patrimoniais em subsidiárias (Nota 16) e do ativo imobilizado (Nota 17).

A Empresa possui saldos relevantes de ativo imobilizado composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas e termoeletrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam. As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas ao resultado das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.

Adicionalmente a Empresa e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa futuros esperados para os respectivos investimentos.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Empresa e por suas controladas nos saldos de ativo imobilizado e investimentos em subsidiárias. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Análise de constituição de tributos diferidos ativos (Nota 21)

A Empresa possui base de imposto de renda e contribuição social, substancialmente relacionados com diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos considerando o histórico de lucro tributável e as suas expectativas de realização determinadas com base nas projeções de resultados tributáveis futuros.

Face o alto grau de julgamento relacionado com a constituição desse ativo, a relevância dos valores envolvidos e uso de premissas significativas, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e dos investimentos patrimoniais em subsidiárias da Empresa.

Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesses cálculos.

Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão das taxas de desconto e dos modelos de fluxo de caixa descontados.

Adicionalmente, comparamos as projeções com o histórico de resultados auferidos em anos anteriores e verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na avaliação do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do registro de tributos diferidos.

Com o apoio de nossos especialistas internos em temas tributários, testamos as bases de cálculo dos impostos, confrontando-as com as escrituras fiscais correspondentes. Também analisamos a razoabilidade das projeções e a comparação do imposto de renda diferido ativo em relação ao passivo.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração nas projeções de lucros tributáveis futuros são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos, bem como as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica e da RBSE.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para discussão dos principais aspectos, incluindo componentes variáveis do preço do contrato.

Com o suporte da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos, testamos a consistência das informações e das premissas relevantes utilizadas nas projeções de receita anual permitida - RAP com uma amostra de contratos firmados, bem como observamos a razoabilidade da taxa de desconto utilizada.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na elaboração dos fluxos de caixa futuros e na determinação da taxa de desconto são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos, bem como as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porque é um PAA auditoria

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 26).

A Empresa é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível originados no curso normal dos negócios.

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Empresa, sendo reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas fiscais, cíveis e trabalhistas e a seus possíveis impactos nas demonstrações individuais e consolidadas, bem como os testes adicionais necessários em decorrências das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões.

Obtivemos confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Empresa, para obtenção dos dados relacionados a avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a confirmação das qualificações e experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Para determinadas causas de natureza tributária, com o apoio dos nossos especialistas tributários, obtivemos as opiniões legais dos consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são razoáveis e consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3.6, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de março de 2019, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2019, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3.6 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2018, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2018 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de Furnas Centrais Elétricas S.A., em cumprimento ao disposto no art. 8º, incisos V e X do Regimento do Conselho Fiscal da Empresa, combinado com o art. 163, incisos II e VII da Lei nº 6.404/76, procedeu ao exame do Relatório de Administração, bem como das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e, tomando por base a manifestação dos Auditores Independentes, formalizada pelo parecer da empresa PricewaterhouseCoopers, datado de 31 de março de 2020, é de opinião que os referidos documentos apresentam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, encontrando-se de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Financeiras.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020.

Rodrigo Vilella Ruiz
Presidente do Conselho Fiscal

Bruno Ramos Mangualde
Membro do Conselho Fiscal

Roberto Pinheiro Klein Júnior
Membro do Conselho Fiscal



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



www.furnas.com.br